

# Boletim Informativo

Associação Portuguesa de Bancos

2017 | Anual





### Nota de Agradecimentos

A Associação Portuguesa de Bancos (APB) agradece a todos os Associados o seu contributo para a elaboração do presente Boletim Informativo Anual.

Ao Banco de Portugal (BdP), a Associação Portuguesa de Bancos agradece a disponibilização da informação necessária à elaboração da análise de representatividade dos Associados da APB no conjunto do sistema bancário português, assim como a prestação de esclarecimentos, sempre que solicitados.

A Associação Portuguesa de Bancos agradece também a informação disponibilizada pela SIBS – Forward Payment Solutions, para efeitos da elaboração de parte do capítulo sobre os indicadores de cobertura bancária.



## Índice

<b>Sumário Executivo.....</b>	<b>5</b>
<b>I. Enquadramento Macroeconómico.....</b>	<b>7</b>
<b>II. Análise das Instituições Financeiras Associadas .....</b>	<b>8</b>
<b>III. Recursos Humanos .....</b>	<b>10</b>
III.1. Evolução .....	10
III.2. Atividade de formação .....	13
<b>IV. Indicadores de Cobertura Bancária .....</b>	<b>15</b>
IV.1. Rede de balcões em Portugal .....	15
IV.2. Sucursais e escritórios de representação no exterior .....	20
IV.3. ATMs e <i>homebanking</i> .....	20
IV.4. POS .....	22
<b>V. Análise de <i>performance</i> .....</b>	<b>23</b>
V.1. Análise de balanço.....	23
V.2. Análise da demonstração de resultados.....	27
V.3. Análise fiscal e parafiscal .....	31
<b>VI. Análise de solvabilidade .....</b>	<b>36</b>
<b>VII. Indicadores de Eficiência.....</b>	<b>39</b>
<b>VIII. Análise da Atividade Internacional .....</b>	<b>41</b>



## Sumário Executivo

O Boletim Informativo Anual é uma publicação da Associação Portuguesa de Bancos (APB) que analisa, em termos agregados, a atividade bancária desenvolvida pelas instituições financeiras associadas (IFs)<sup>1</sup>. A 31 de dezembro de 2017, a APB representava 22 Associados dos quais faziam parte 30 instituições financeiras, representando 95,1% do valor total do ativo consolidado português.

A análise efetuada no Boletim Informativo Anual abrange a atividade desenvolvida em Portugal e no estrangeiro (através de escritórios de representação e/ou sucursais) pelas instituições financeiras (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo) que integram o conjunto de Associados da APB, e tem por base um agregado de informação, de carácter financeiro e não financeiro, obtido pelo somatório simples das demonstrações financeiras individuais e de outros indicadores de cada uma das instituições. Excetuam-se os agregados de informação utilizados nos capítulos sobre a atividade internacional dos Associados com presença geográfica significativa no estrangeiro e sobre a solvabilidade, que reportam a dados consolidados. Adicionalmente, as análises efetuadas centram-se na atividade bancária de 2017, numa base comparativa com o triénio anterior. Em conjunto com a presente publicação é disponibilizada, em formato excel, a informação agregada, de carácter financeiro e não financeiro, das instituições financeiras que integram o conjunto de Associados da APB.

O ano de 2017 ficou marcado por uma aceleração do crescimento da economia portuguesa, uma maior estabilidade dos mercados financeiros, e por um conjunto de acontecimentos relevantes que contribuíram, de forma decisiva, para o reforço da estabilização do sector bancário nacional. Entre esses acontecimentos destacam-se, em particular: a aprovação pela Comissão Europeia do plano de recapitalização da CGD; as operações de aumento de capital realizadas pela CGD, Millennium bcp e Montepio; a conclusão da Oferta Pública de Aquisição do CaixaBank sobre o BPI, no âmbito da qual o CaixaBank aumentou a sua participação no capital social do BPI de 45,5% para 84,51%; a operação de compra do Banco Popular pelo Santander em Espanha, cujo processo envolveu a subsidiária portuguesa do Banco Popular; e a conclusão do processo de venda do Novo Banco.

Importa salientar que o contexto em que se desenvolveu a atividade do sector bancário permaneceu desafiante, nomeadamente tendo em conta: i) o ambiente de reduzidas taxas de juro; ii) a continuação do processo de desalavancagem do sector privado; iii) o nível ainda elevado de ativos não produtivos no balanço dos bancos, não obstante os desenvolvimentos significativos que se continuaram a registar em termos da sua redução; iv) a necessidade de prossecução do redimensionamento das estruturas operacionais, o que se traduz em custos não recorrentes significativos; e v) a implementação de novos e importantes normativos legislativos e regulamentares.

---

<sup>1</sup> Ao longo do Boletim Informativo a referência a Instituições Financeiras diz respeito aos Bancos Associados da APB.

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo agregado das instituições financeiras totalizou cerca de 336 mil milhões de euros, tendo diminuído 0,3% face ao ano anterior, verificando-se um decréscimo da carteira de crédito líquida a clientes de 2,4%.

Em 2017, os recursos de clientes e outros empréstimos (depósitos) continuaram a reforçar o seu peso na estrutura de financiamento das instituições financeiras, passando de 62,6%, em 2016, para 63,8%.

Adicionalmente, registou-se uma evolução positiva da rentabilidade agregada das instituições financeiras, que iniciou uma trajetória positiva, refletindo essencialmente uma descida das imparidades, num contexto de prossecução de redução de ativos não produtivos.

O rácio CET1 agregado situou-se em 13,9%, e o rácio de solvabilidade total em 15,1%, ambos acima dos respetivos mínimos regulamentares, e tendo registado uma subida de 2,6 p.p. e 3,1 p.p., respetivamente, face a 2016.

## I. Enquadramento Macroeconómico

Apesar da incerteza política, o ano de 2017 ficou marcado por uma aceleração do crescimento da economia mundial para 3,2%, observando-se um aumento do crescimento tanto das economias emergentes como das avançadas. Os EUA, a China e o Japão cresceram 2,3%, 6,9% e 1,7%, respetivamente, a Área do Euro acelerou para 2,4% e o Reino Unido cresceu 1,8%, acima das expectativas e apesar do desfecho ainda imprevisível das negociações do *Brexit*.

A aceleração da atividade económica e a subida de 20,6% do preço do petróleo (*Brent*), para USD 66,8/barril, não gerou pressões inflacionistas nas principais áreas económicas, com exceção do Reino Unido onde os preços subiram 3%. Assim, os principais bancos centrais mundiais mantiveram o caminho rumo à normalização da sua política monetária: a Fed subiu a *federal funds rate* por três vezes, fixando-a no intervalo 1,25%-1,5%, e iniciou a sua redução gradual do balanço no último trimestre do ano; o Banco de Inglaterra também subiu taxa de juro de referência em 25 p.b. para 0,5%; e o BCE manteve as taxas de juro inalteradas, mas voltou a reduzir o montante de aquisições mensais do seu programa de aquisição de ativos.

O ano de 2017 foi bastante favorável para os investidores nos mercados financeiros, com valorizações expressivas em vários pontos do globo e baixa volatilidade. Nos mercados de ações, o FTSE 100, S&P 500 e Euro Stoxx 600 fecharam o ano a valorizar 21,8%, 19,4% e 8%, respetivamente. No mercado cambial, o Euro apreciou perto de 14% face ao Dólar, e 3% face à Libra. Em relação às *yields* a 10 anos, o *US Treasury* desceu 3 p.b. e fechou o ano nos 2,41%, o *Bund* alemão fechou o ano nos 0,43%, -22 p.b. face ao final de 2016, e os *Gilts* britânicos encerraram o ano nos 1,19%, também abaixo dos 1,24% no final do ano anterior.

Em Portugal, o PIB cresceu 2,7%, 1,1 p.p. acima do observado em 2016. A procura interna aumentou o seu contributo para o crescimento, com uma ligeira aceleração do consumo privado e uma subida significativa do investimento. Na procura externa líquida, apesar do seu contributo negativo de 0,2 p.p., verificou-se uma aceleração das exportações, em especial do turismo, para um crescimento igual ao das importações. O ano ficou ainda marcado pela aceleração da criação de emprego para 3,3%, redução da taxa de desemprego para 8,9% e aumento da inflação para 1,4%. O país aumentou a sua capacidade líquida de financiamento para 1,2% do PIB.

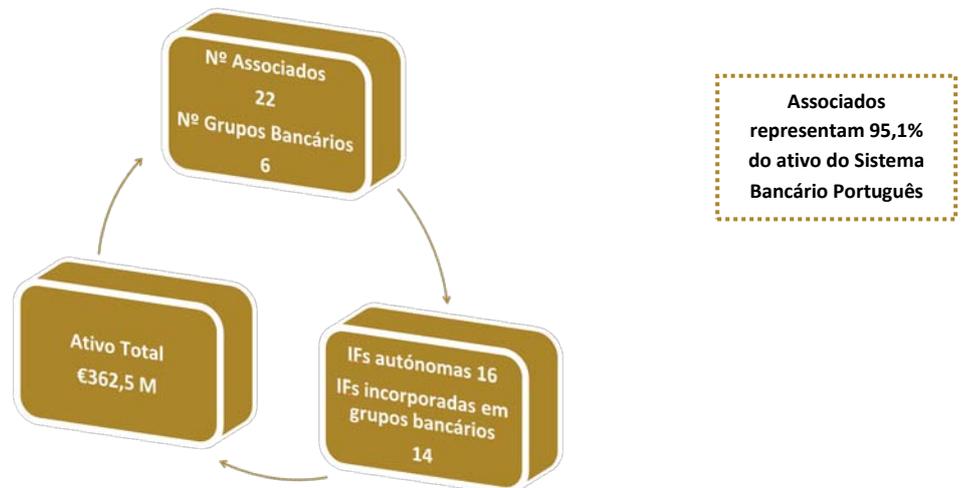
Nas finanças públicas, o défice orçamental aumentou para 3% do PIB. Excluindo o efeito da recapitalização da CGD, o saldo teria sido de -0,9%. O rácio de dívida pública baixou para 125,7% do PIB. Esta evolução contribuiu para a melhoria nos *ratings* da República Portuguesa por parte da S&P (para BBB-) e da Fitch (para BBB) e para a descida significativa da *yield* dos títulos de dívida pública portuguesa a 10 anos para 1,9%. Nos mercados financeiros, o PSI-20 valorizou 15,2% no final do ano.

## II. Análise das Instituições Financeiras Associadas

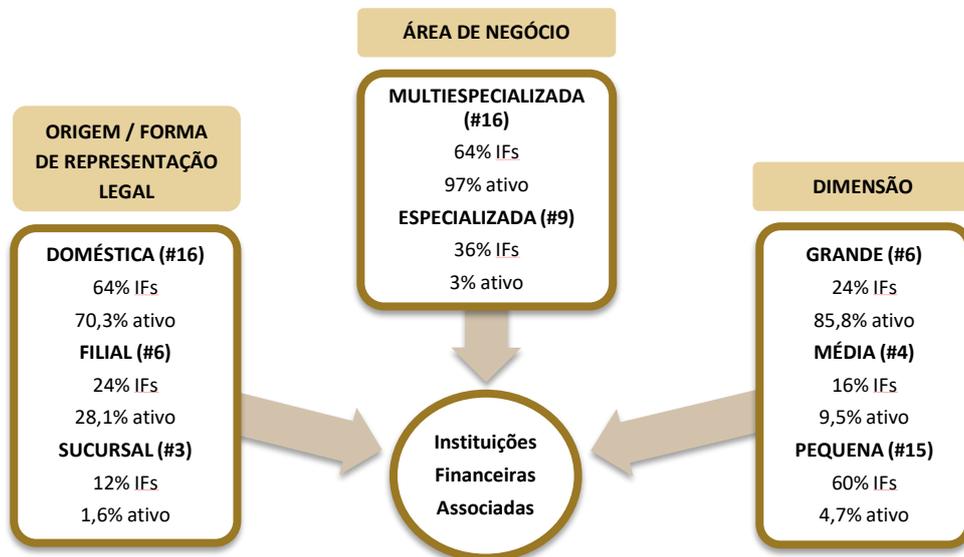
A APB representa de forma expressiva o sector bancário português: a 31 de dezembro de 2017, a APB tinha 22 associados, dos quais faziam parte 30 instituições financeiras, que representavam 95,1% do ativo consolidado do Sistema Bancário Português (SBP).

A informação disponibilizada neste Boletim Informativo Anual baseia-se numa amostra que abrange 17 Associados (25 instituições financeiras).

**Figura 1: Caracterização dos Associados da APB<sup>2</sup>**



Fonte: APB, Banco de Portugal. Dados referem-se a 31 de dezembro de 2017

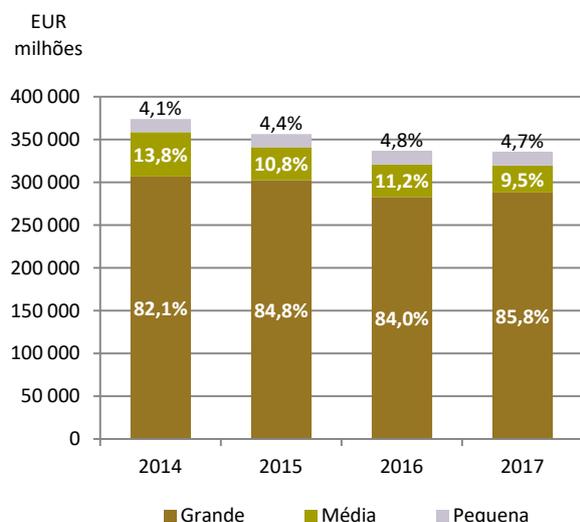


Fonte: IFs, APB. Dados referem-se a 31 de dezembro de 2017

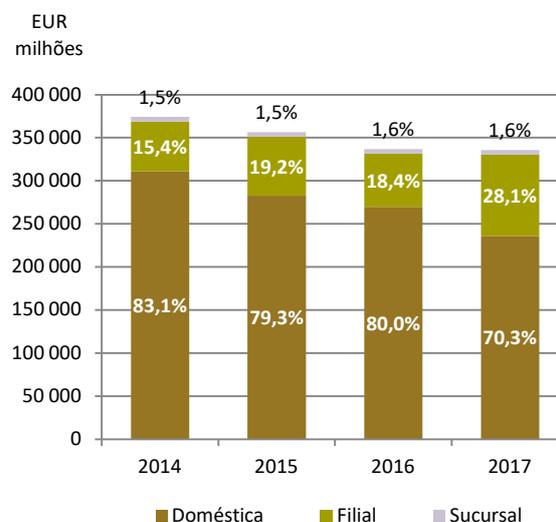
<sup>2</sup>Instituições financeiras de grande dimensão representam 5% inclusive ou mais do ativo agregado; de média dimensão, representam entre 1% e 5%, e de pequena representam 1% inclusive ou menos do ativo agregado. A área de negócio das instituições financeiras é classificada como “Especializada” quando estas últimas se dedicam, numa base exclusiva ou maioritariamente, a uma das seguintes atividades: crédito ao consumo, crédito imobiliário, crédito automóvel, ou banca de investimento. Nos restantes casos, a área de negócio é classificada como “Multiespecializada”.

**Gráfico 1: Evolução do ativo agregado**

**a) Por dimensão**



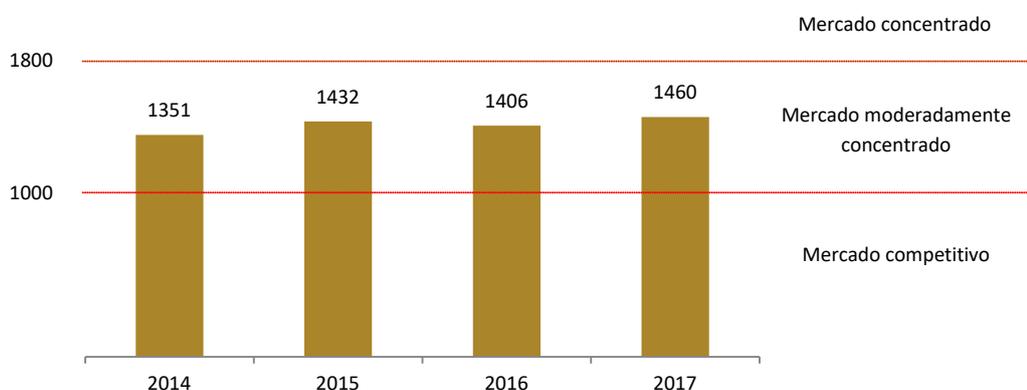
**b) Por origem/forma de representação legal**



Fonte: IFs, APB.

As 5 maiores instituições financeiras detinham uma quota de mercado, em termos de ativo agregado total, de 79,9%. Contudo, de acordo com o índice de *Herfindahl-Hirschman*<sup>3</sup>, o mercado é moderadamente concentrado (1.460), tendo aumentado 54 pontos face ao ano anterior. A contribuir para esta evolução, destaca-se a operação de fusão do Banco Popular pelo Banco Santander.

**Gráfico 2: Índice de Herfindahl**



Fonte: IFs, APB.

<sup>3</sup> Este índice foi obtido por via do somatório do quadrado das quotas de mercado, medidas em termos de ativo, das 25 instituições financeiras da amostra. Regra geral, um valor para o índice abaixo de 1000 indica pouca concentração, entre 1000 e 1800 concentração moderada, e acima de 1800 concentração elevada.

### III. Recursos Humanos

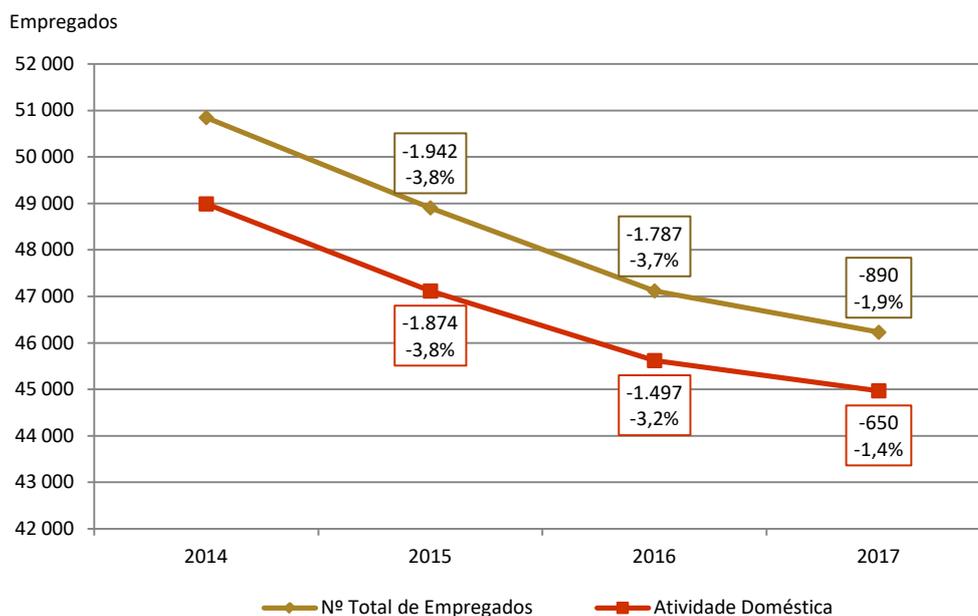
#### III.1. Evolução

Em 2017, os Associados da APB empregavam 46.228 colaboradores, dos quais, 44.969 desempenhavam funções afetas à atividade doméstica e 1.259 à atividade internacional<sup>4</sup>.

O sector tem passado por mudanças estruturais significativas no que respeita ao perfil dos recursos humanos afetos ao sector, e que se traduziram i) numa maior representatividade dos escalões de idade mais elevada (com idade igual ou superior a 45 anos); ii) no aumento do peso das funções de chefia e específicas, em detrimento das funções administrativas e auxiliares; iii) no aumento do peso dos colaboradores com formação académica superior; e iv) numa aproximação da representatividade dos géneros.

Esta evolução reflete a conjugação de diversos fatores, nomeadamente: implementação de processos de reestruturação e redimensionamento das estruturas operativas do sector; processos de consolidação; requisitos regulamentares mais exigentes e ajustamento dos modelos de negócio face aos desafios colocados pela digitalização, inovação tecnológica e novos concorrentes.

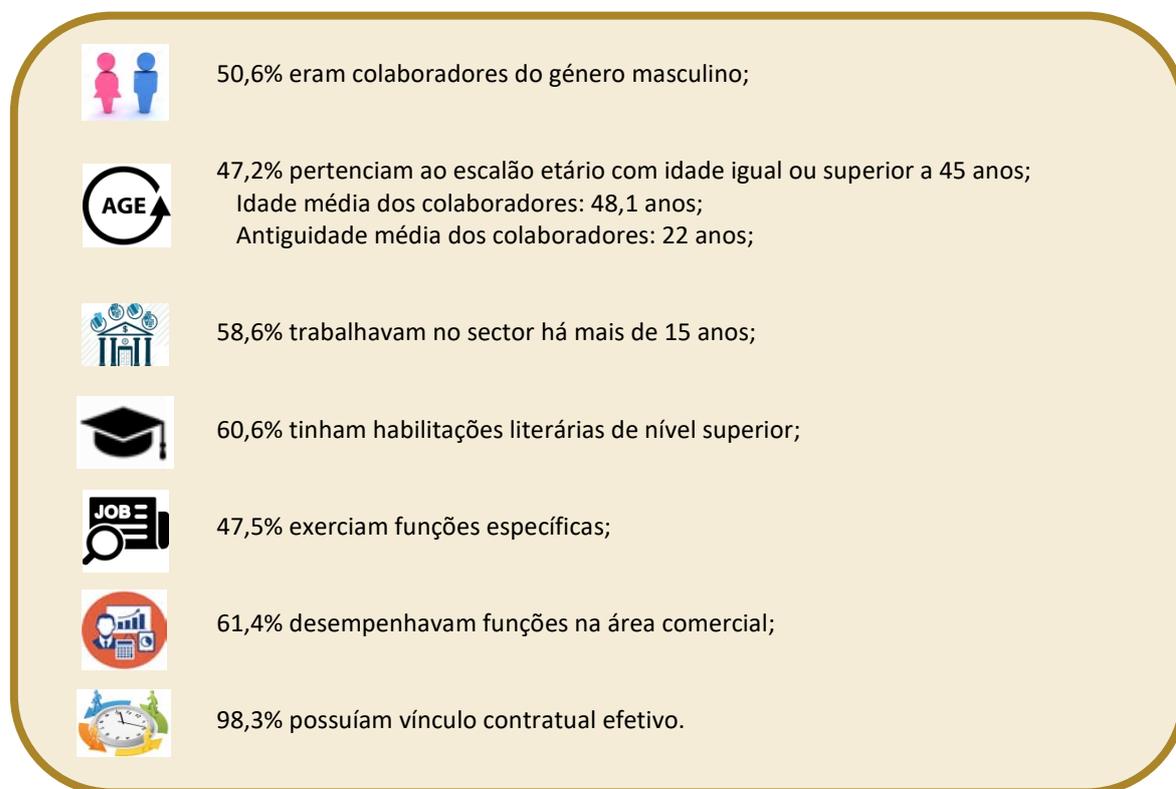
**Gráfico 3: Evolução do número total de empregados e variação percentual anual**



Fonte: IFs, APB.

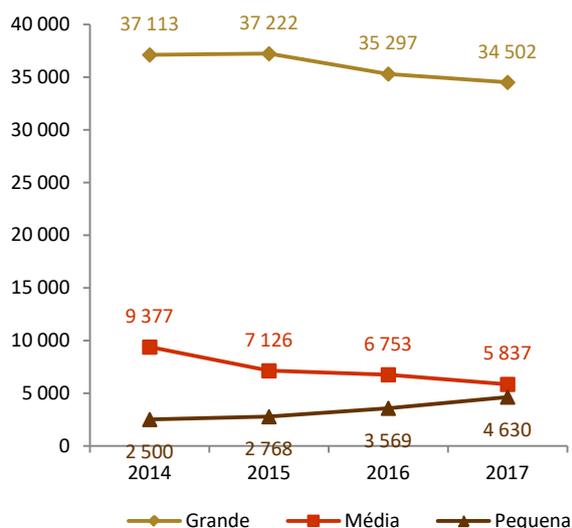
<sup>4</sup> Inclui sucursais no exterior e escritórios de representação.

Especificamente, no final de 2017, do total de colaboradores afetos à atividade doméstica das instituições financeiras associadas:

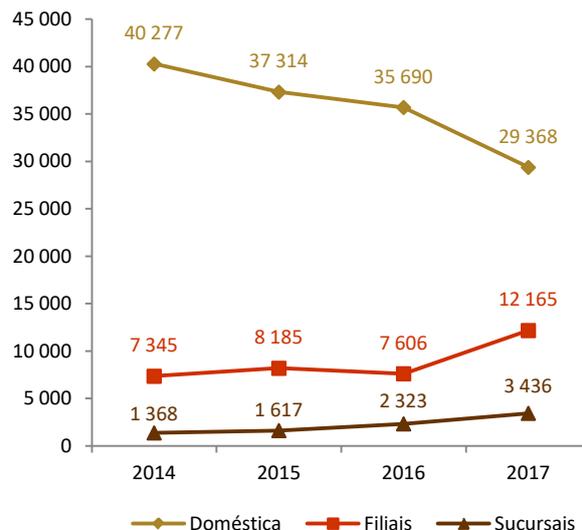


**Gráfico 4: Evolução do número de empregados afetos à atividade doméstica**

**a) Por dimensão**

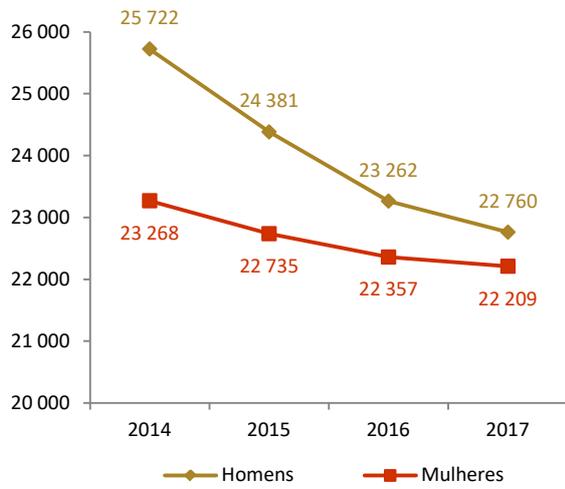


**b) Por origem/forma de representação legal**

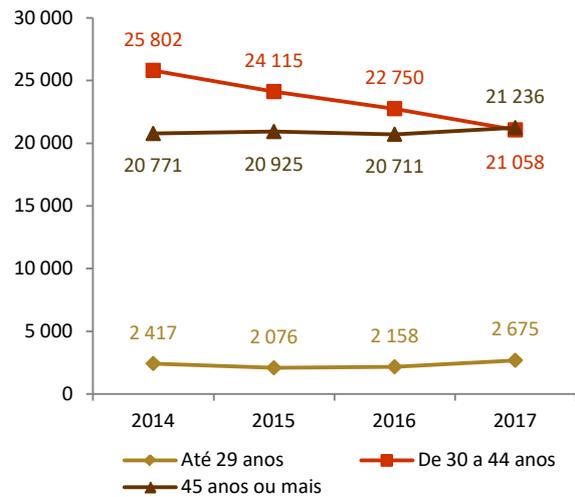


Fonte: IFs, APB.

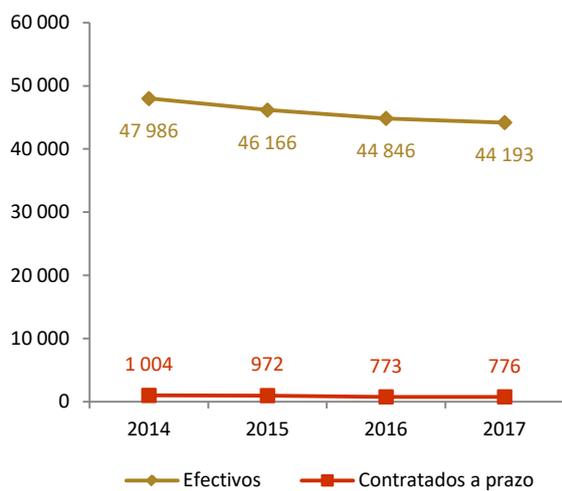
**c) Por género**



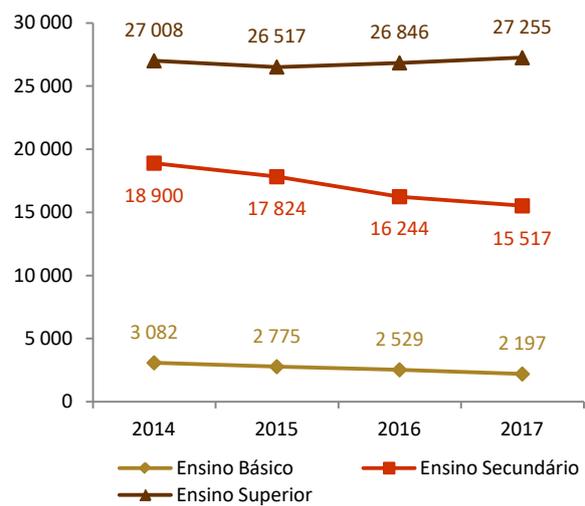
**d) Por idades**



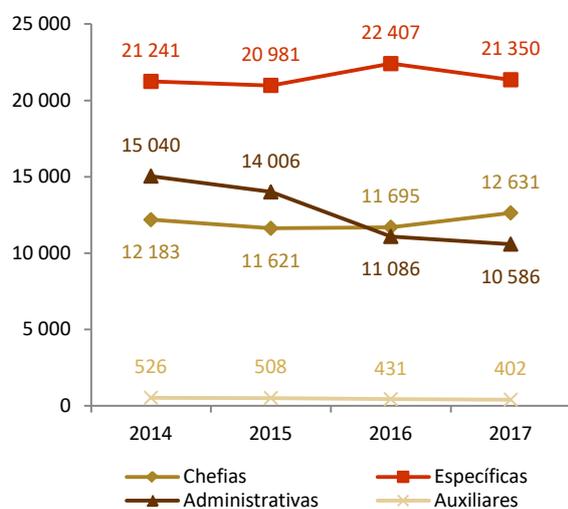
**e) Por vínculo Contratual**



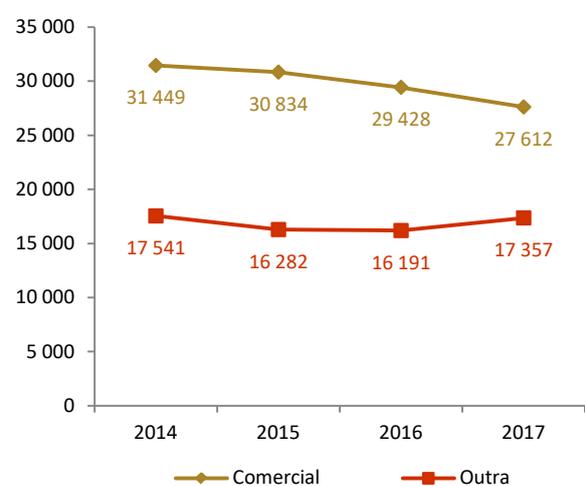
**f) Por habilitações literárias**



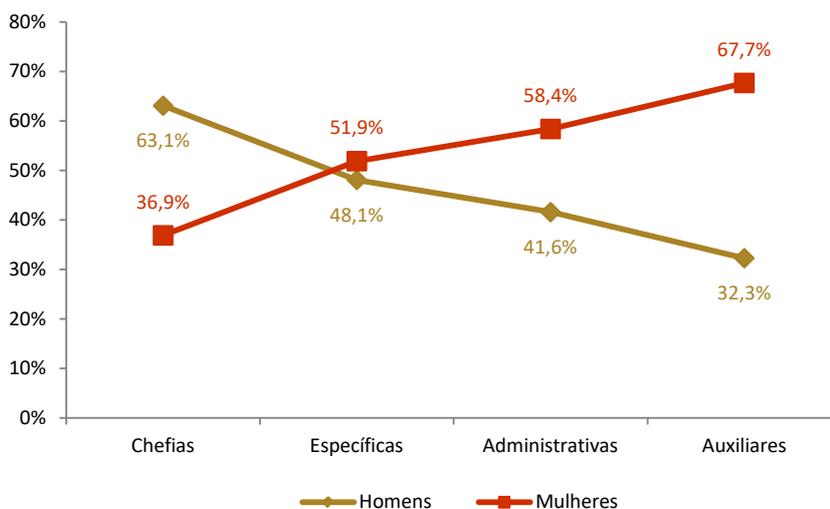
**g) Por função**



**h) Por atividade**



i) Por função e género (2017)



Fonte: IFs, APB.

### III.2. Atividade de formação<sup>5</sup>

O investimento em formação assume uma importância estratégica num contexto de profunda transformação dos modelos de negócio face à maior complexidade regulamentar, aumento da pressão concorrencial, digitalização e inovação tecnológica, bem como maior foco na relação com o cliente. Em 2017, este investimento totalizou aproximadamente 16,8 milhões de euros, tendo registado um crescimento de 27% face a 2016, e correspondeu a 0,7% dos custos com pessoal.

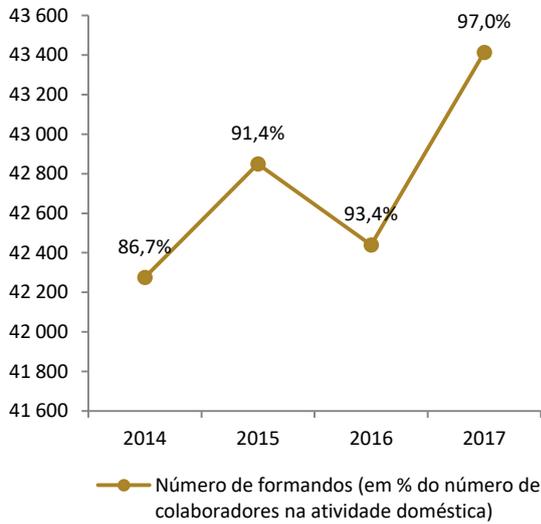
Em 2017, relativamente aos principais indicadores relativos à formação, importa destacar:

- Taxa global de formação: 97% correspondendo ao valor mais elevado alcançado no período compreendido entre 2014 e 2017;
- Número de formandos: 43.414, +2,7% face a 2016;
- Número total de horas de formação: 2.731.901 horas, +108,7% face a 2016;
- Número médio de ações de formação por formando: 14,8 ações de formação (9,2 em 2016);
- Número médio de horas de formação por colaborador: 63 horas/ano (30,8 horas por ano em 2016);
- Ações de formação por tipo de modalidade: presencial – 62%; *e-learning* – 31,9%; outras modalidades de formação – 6,6%;
- Ações de formação internas: 83,9% do total (85,8% em 2016);
- Custos com entidades formadoras externas: +26,3% face a 2016 (49,4% do total dos custos de formação);
- Custo médio por ação de formação: 1.799 euros, +32,4% face a 2016. Gasto médio por formando: 387 euros, +24,1% face a 2016.

<sup>5</sup> Os indicadores relativos à formação dos recursos humanos reportam-se a uma amostra de 23 instituições financeiras.

**Gráfico 5: Evolução da formação**

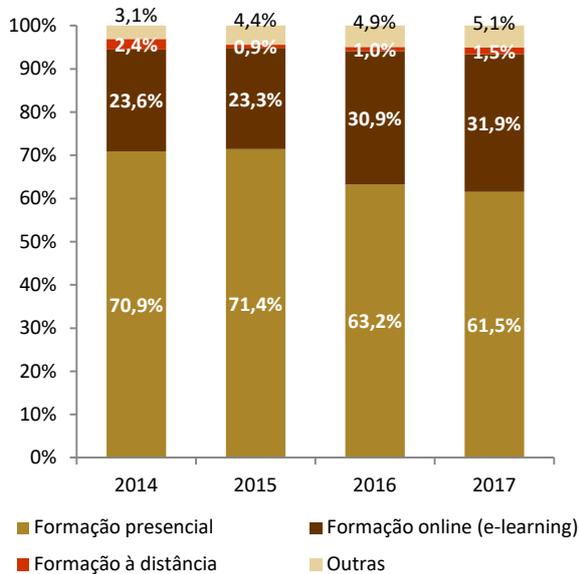
**a) Número de formandos**



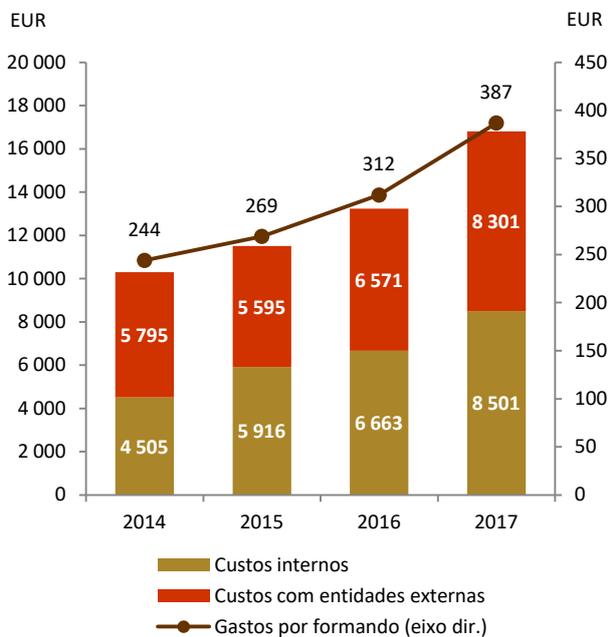
**b) Participações e horas em ações de formação**



**c) Metodologias das ações de formação**



**d) Gastos com atividades de formação**



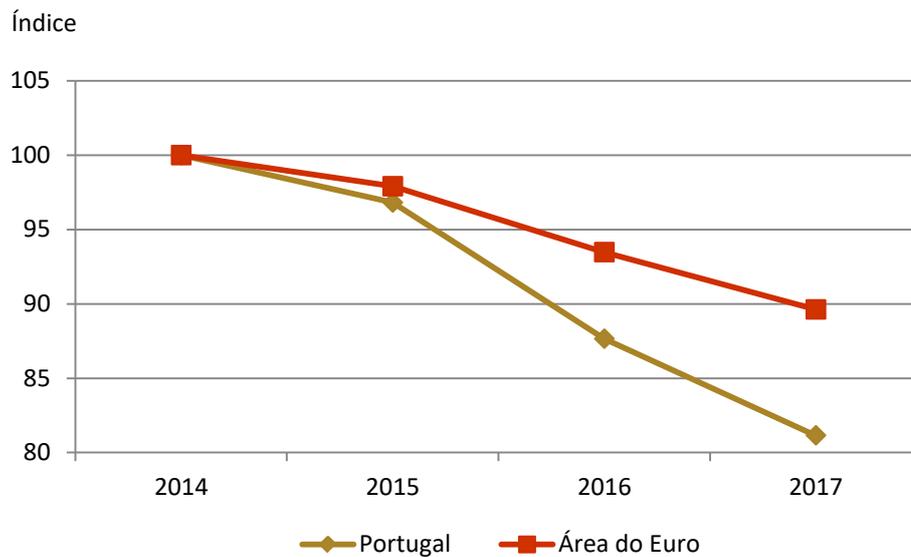
Fonte: IFs, APB.

#### IV. Indicadores de Cobertura Bancária

##### IV.1. Rede de balcões em Portugal

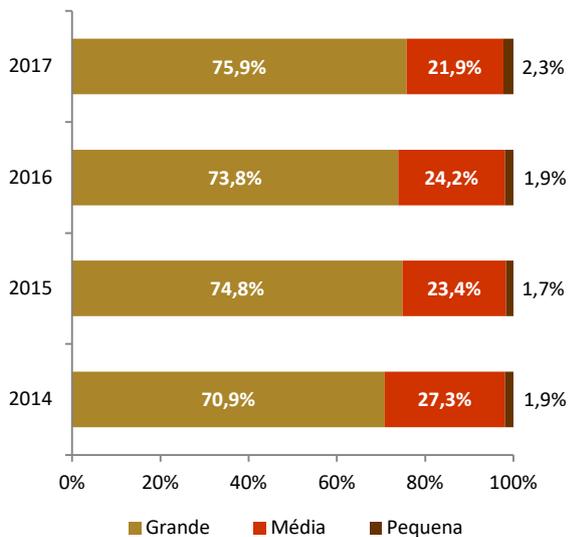
No final de 2017, a rede de balcões dos Associados era constituída por 4.122 balcões, tendo registado uma redução de 7,4% face ao ano anterior (ou seja, menos 330 balcões). O processo de redimensionamento das redes de distribuição conduziu, entre 2014 e 2017, a uma redução de 957 agências, o que corresponde a uma taxa média anual de redução de 6,7%, sendo que a diminuição verificada em 2017 corresponde a 35% desse total.

**Gráfico 6: Evolução do número total de balcões (2014 = 100)**

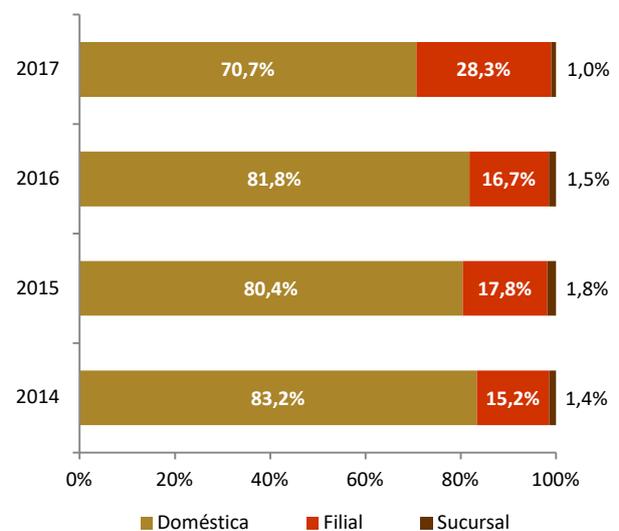


Fonte: IFs, APB.

##### a) Por dimensão



##### b) Por origem/forma de representação legal



Fonte: IFs, APB.

Em 2017, o aumento significativo do peso, no total de balcões, das instituições financeiras filiais ficou a dever-se à passagem do BPI de instituição financeira doméstica a filial, em resultado da conclusão da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo CaixaBank. No âmbito desta operação, o CaixaBank aumentou a sua participação no BPI de 45,5% para 84,52%.

Embora o encerramento de balcões tenha sido transversal à totalidade dos distritos, Lisboa e Porto foram os distritos que registaram a variação anual mais significativa, tendo, em conjunto, representado cerca de 37% dos balcões encerrados em 2017.

**Figura 2: Distribuição dos balcões e do número de habitantes por balcão, por distrito, a 31 de dezembro de 2017**

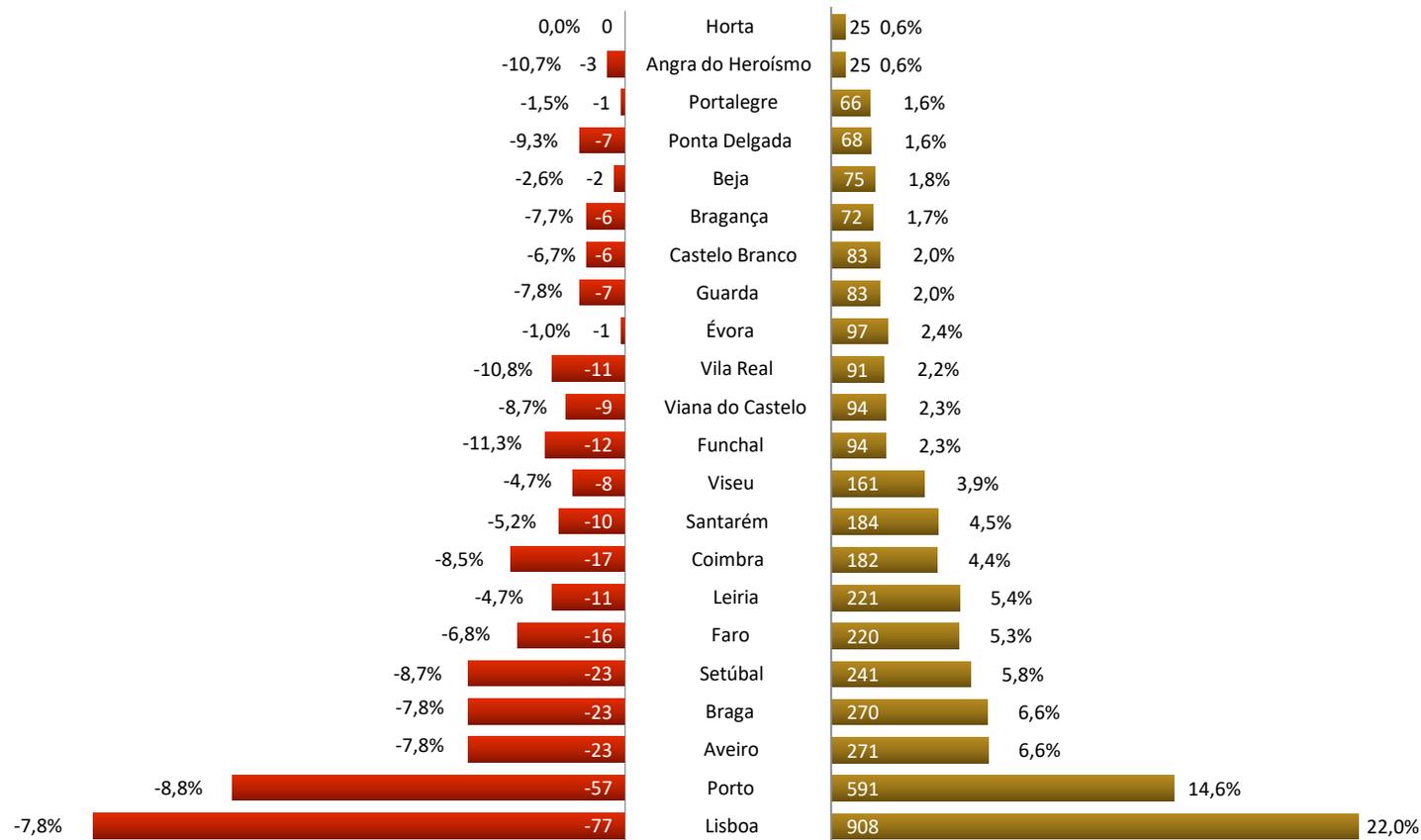
Fonte: IFs, INE, APB.

Nota: O tamanho das bolhas é indicativo do número absoluto de balcões existentes no respetivo distrito, enquanto a cor reflete o número de habitantes por balcão.

Gráfico 7: Rede de balcões, por distrito, em 31 de dezembro de 2017

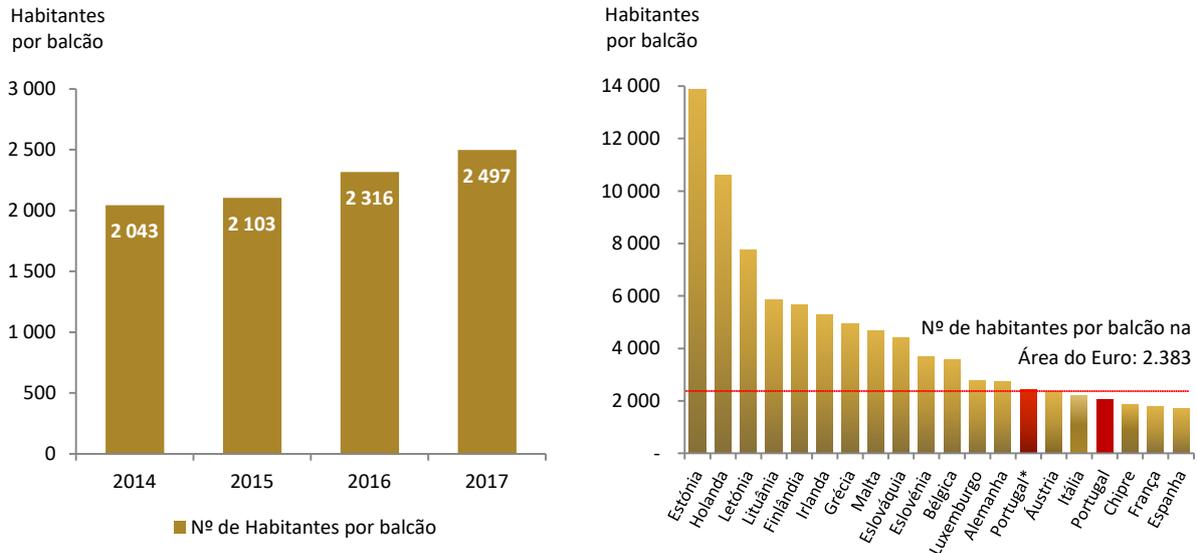
a) Variação absoluta e percentual do número de balcões em termos homólogos

b) Distribuição da rede de balcões em termos absolutos e percentuais



Fonte: IFs, APB.

**Gráfico 8: Evolução do número de habitantes por balcão**

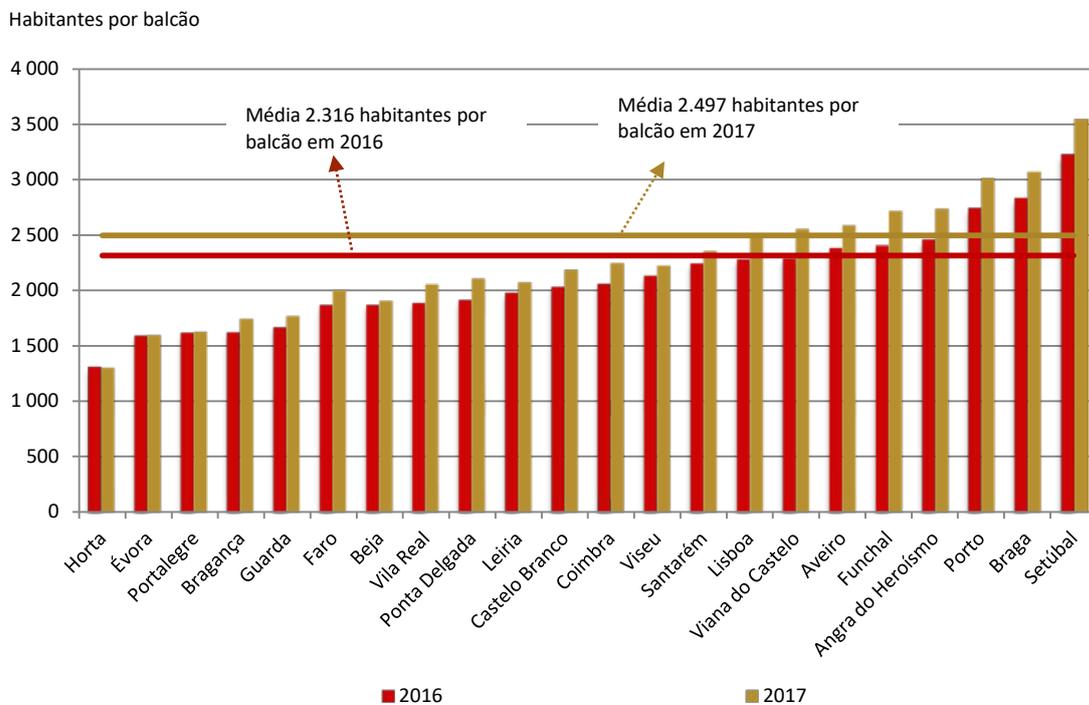


Fonte: IFs, Eurostat, BCE, APB.

Nota: \* Inclui apenas os balcões das instituições financeiras associadas.

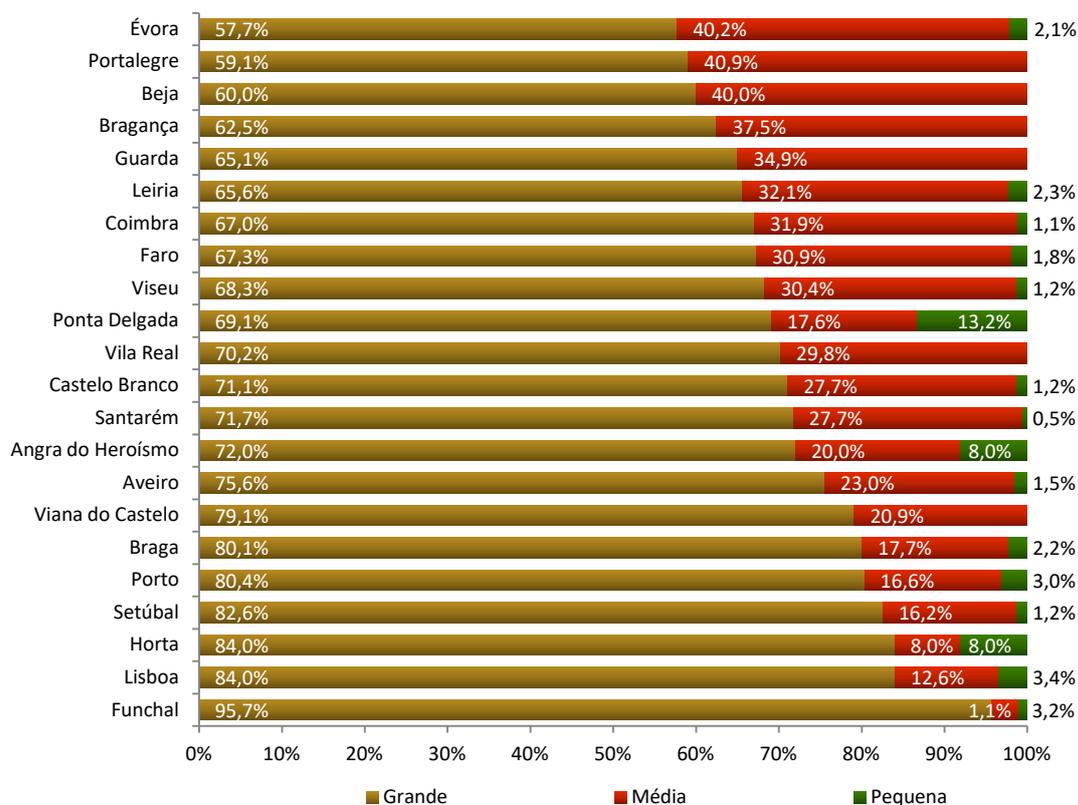
Foi sobretudo a redução generalizada do número de agências bancárias que determinou o aumento do número de habitantes por balcão, verificado na totalidade dos distritos.

**Gráfico 9: Número de habitantes por balcão, por distrito**



Fonte: IFs, APB.

**Gráfico 10: Distribuição da percentagem de balcões por dimensão, por distrito, a 31 de dezembro de 2017**

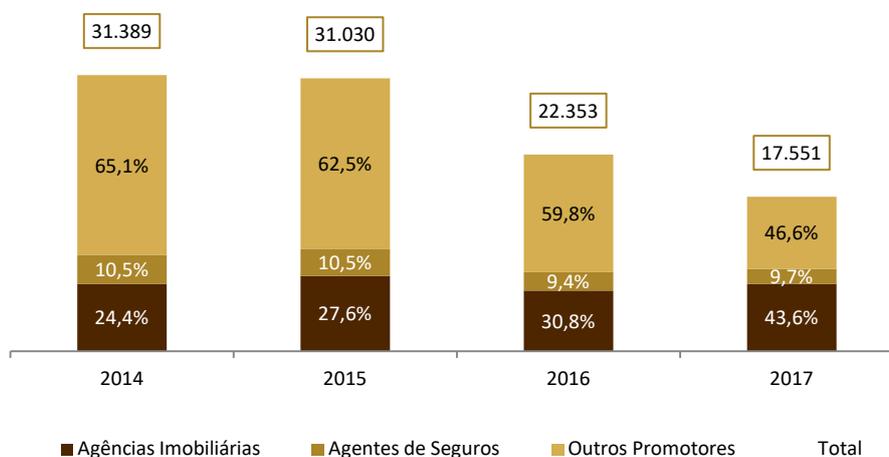


Fonte: IFs, APB.

### **Promotores externos**

As instituições financeiras também utilizam como canal de distribuição, um conjunto de promotores externos, que participam na comercialização de produtos bancários, embora não se encontrem integrados na estrutura das instituições. São exemplos de promotores externos, os mediadores imobiliários e os consultores financeiros.

**Gráfico 11: Evolução do número e tipologia dos promotores externos**

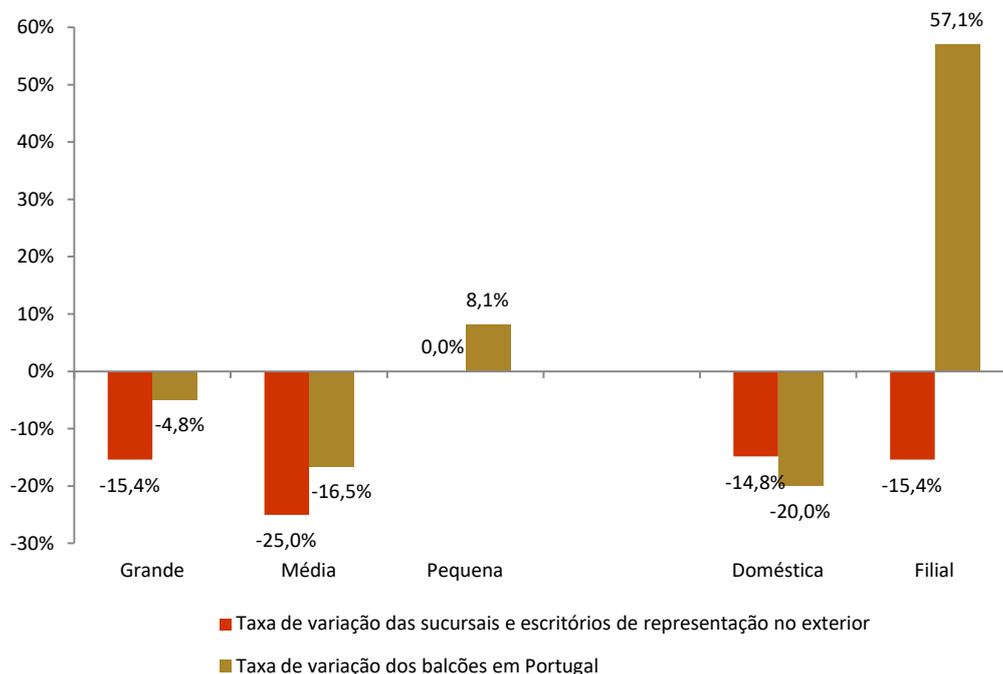


Fonte: IFs, APB.

## IV.2. Sucursais e escritórios de representação no exterior

No final de 2017, as instituições financeiras detinham uma rede de sucursais e escritórios de representação constituída por 143 unidades (-14,9% face a 2016): 96 unidades na Europa, 9 no continente americano, 32 na Ásia, e 6 em África. Em termos geográficos, as redes de sucursais e escritórios de representação das instituições financeiras, estão sobretudo concentradas na Europa (67,1%), principalmente em França e Espanha.

**Gráfico 12: Taxas de variação do número de balcões em Portugal e do número de sucursais e escritórios de representação no exterior, por dimensão e origem/forma de representação legal**



Fonte: IFs, APB.

## IV.3. ATMs e homebanking

Em 2017, a rede de ATMs<sup>6</sup> pertencentes às instituições financeiras compreendia 14.187 equipamentos, registando-se um decréscimo de 3,3% face a 2016<sup>7</sup> na sequência da tendência dos anos anteriores. Neste ano, a representatividade das instituições financeiras na rede Multibanco situou-se em 96,5%, sendo que 80,4% dos terminais ATMs dos Associados estavam integrados no sistema Multibanco, enquanto os restantes 19,6% correspondiam a redes próprias.

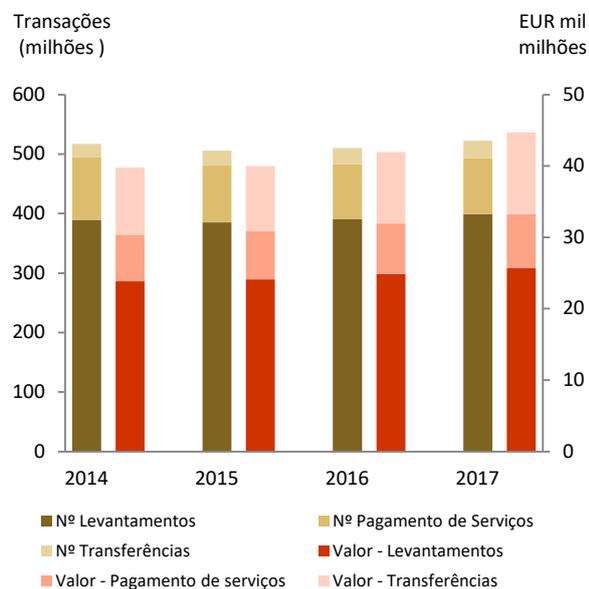
As transações efetuadas através de ATMs registaram uma evolução positiva, tanto em termos de montante (+6,5% em relação a 2016), como em termos de número (+2,4% face a 2016). Relativamente ao volume de transações, verificaram-se crescimentos ao nível dos pagamentos de serviços (7,6%), levantamentos (3,3%) e transferências (13,8%). Por sua vez, no que respeita ao número de transações, os pagamentos de serviços registaram um crescimento de 1,7%, enquanto os levantamentos e transferências registaram, crescimentos de 2,1% e 10,0%, respetivamente. Como

<sup>6</sup> Automated Teller Machine.

<sup>7</sup> Para efeitos da análise da rede de ATMs, a amostra totaliza 20 instituições financeiras associadas.

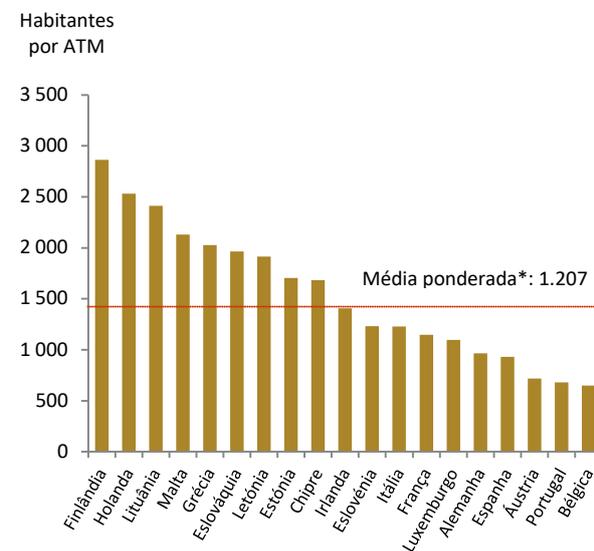
resultado desta evolução, registou-se um aumento de 4% do montante médio por transação, para 85,43 euros.

**Gráfico 13: Transações em ATMs**



Fonte: SIBS.

**Gráfico 14: Habitantes por ATM na Área do Euro**



Fonte: Eurostat, BCE, APB.

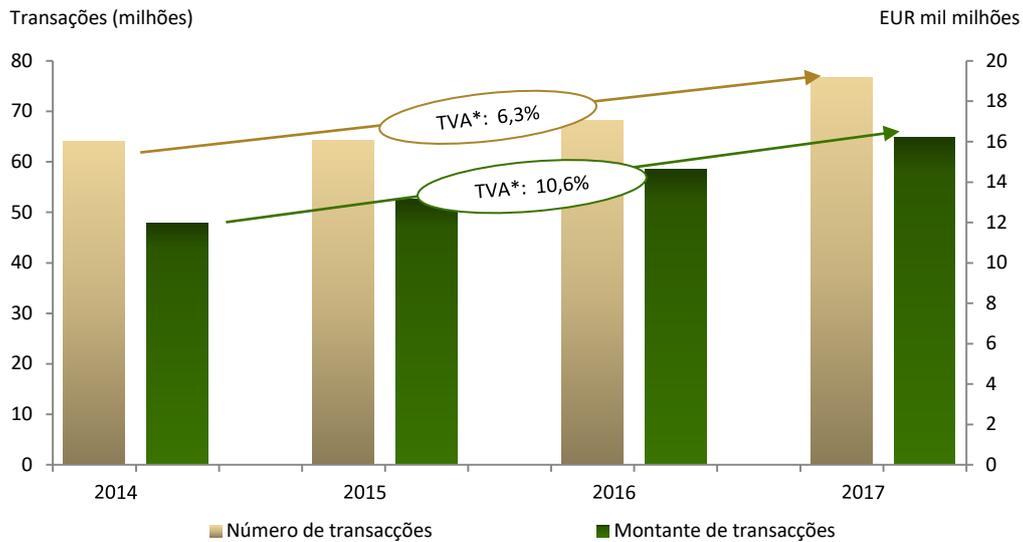
Nota: \*Média ponderada do número de habitantes por ATM pela população de cada país.

Em 2017, o número de utilizadores do serviço de *homebanking*<sup>8</sup> situou-se em 4.474.099, tendo aumentado 14,4% em relação a 2016. Em termos de número e montante das transações realizadas<sup>9</sup>, registaram-se taxas de crescimento de 12,4% e 10,8%, respetivamente. Esta evolução reflete o reforço do investimento em iniciativas de transformação digital face à crescente apetência dos utilizadores para o recurso a estes canais.

<sup>8</sup> Para efeitos da análise do número de utilizadores de *homebanking*, só se dispõe de informação para 18 instituições financeiras associadas.

<sup>9</sup> Todos os dados relativos ao número e volume de transações abrangem a totalidade da amostra (25 instituições financeiras associadas). Dados fornecidos pela SIBS.

**Gráfico 15: Evolução do número e montante das transações realizadas através de homebanking**



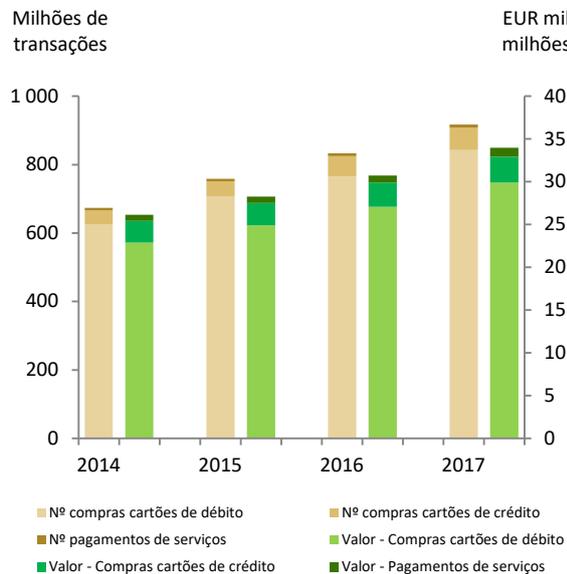
Fonte: SIBS.

Nota: \*TVA - Taxa de variação média anual.

#### IV.4. POS<sup>10</sup>

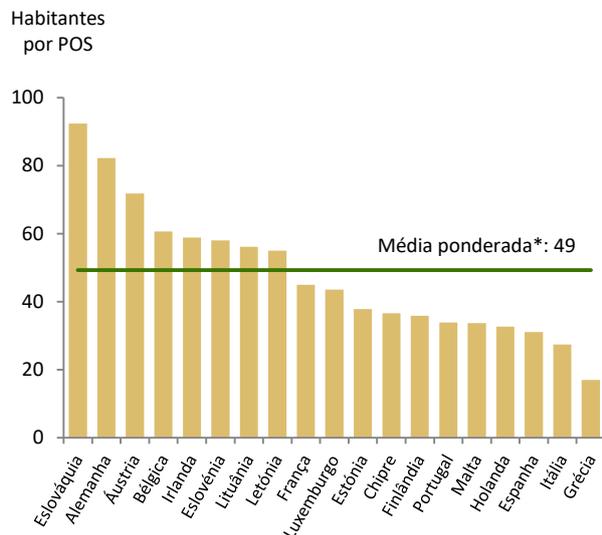
O aumento do número de POS<sup>11, 12</sup> instalados (+3,9% face a 2016) foi acompanhado, tanto pelo aumento do número de transações (+10,5% face a 2016) realizadas através deste canal, como do respetivo montante (+10,5% face ao ano anterior).

**Gráfico 16: Transações em POS**



Fonte: SIBS.

**Gráfico 17: Habitantes por POS na Área do Euro**



Fonte: Eurostat, BCE, APB.

Nota: \*Média ponderada do número de habitantes por POS pela população de cada país.

<sup>10</sup> Point of Sale.

<sup>11</sup> Para efeitos da análise da rede de POS, só se dispõe de informação para 20 instituições financeiras associadas.

<sup>12</sup> Todos os dados relativos ao número e volume de transações abrangem a totalidade da amostra (25 instituições financeiras associadas).

## V. Análise de performance

### V.1. Análise de balanço

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo agregado das instituições financeiras totalizou cerca de 336 mil milhões de euros, tendo diminuído 0,3% face ao ano anterior.

**Tabela 1: Composição e evolução da estrutura do ativo agregado, a 31 de dezembro (2014 – 2017)**

	2014	2015	2016	2017	Média
<b>Caixa e Disponibilidades <sup>a)</sup></b>					
Total (milhões €)	9.309	11.868	9.015	17.202	-
Taxa de variação anual	-	27,5%	-24,0%	90,8%	31,4%
Em % do total de ativo	2,5%	3,3%	2,7%	5,1%	3,4%
<b>Investimentos Financeiros <sup>b)</sup></b>					
Total (milhões €)	90.318	82.034	71.143	69.949	-
Taxa de variação anual	-	-9,2%	-13,3%	-1,7%	-8,0%
Em % do total de ativo	24,1%	23,0%	21,1%	20,8%	22,3%
<b>Aplicações em Instituições de Crédito</b>					
Total (milhões €)	15.268	14.927	12.244	10.673	-
Taxa de variação anual	-	-2,2%	-18,0%	-12,8%	-11,0%
Em % do total de ativo	4,1%	4,2%	3,6%	3,2%	3,8%
<b>Crédito a Clientes</b>					
Total (milhões €)	220.218	211.968	208.502	203.436	-
Taxa de variação anual	-	-3,7%	-1,6%	-2,4%	-2,6%
Em % do total de ativo	58,9%	59,5%	61,9%	60,6%	60,2%
<b>Outros Ativos <sup>c)</sup></b>					
Total (milhões €)	38.948	35.790	35.981	34.493	-
Taxa de variação anual	-	-8,1%	0,5%	-4,1%	-3,9%
Em % do total de ativo	10,4%	10,0%	10,7%	10,3%	10,4%
Total de Ativo (milhões €)	374.061	356.587	336.885	335.753	-
Taxa de variação anual		-4,7%	-5,5%	-0,3%	-3,5%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

<sup>b)</sup> Inclui as carteiras de ativos financeiros detidos para negociação, outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e investimentos detidos até à maturidade e ativos com acordo de recompra.

<sup>c)</sup> Inclui derivados de cobertura com justo valor positivo, ativos não correntes detidos para venda, propriedades de investimento, outros ativos tangíveis e ativos intangíveis, investimentos em filiais e associadas, ativos por impostos correntes e diferidos e outros ativos.

A evolução do crédito a clientes bruto (-3 % face a 2016) continuou a refletir o processo de desalavancagem em curso, embora bastante menos acentuado. O volume de novas operações ainda não foi suficiente para compensar as operações de amortização, titularização e venda de carteiras de crédito. De referir que, a desalavancagem tem sido particularmente elevada no segmento a Empresas e Administração Pública (-4,6%), penalizada pelo esforço de redução de empréstimos *non-performing* (NPL). No crédito à habitação verificou-se um decréscimo de 1,7%. Por sua vez, o crédito a particulares para consumo e outros fins registou um ligeiro aumento (+1,1%). De acordo com o Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito, elaborado pelo Banco de Portugal, alguns bancos indicaram que houve um aumento de procura de crédito pelos particulares e empresas, o que é

explicado pela melhoria das condições económicas e pelo nível baixo das taxas de juro. Adicionalmente, alguns bancos indicaram que existem sinais de uma menor restritividade nos critérios de concessão de crédito.

Em 2017, verificou-se uma melhoria significativa dos indicadores de qualidade do crédito a clientes, refletindo fundamentalmente a evolução positiva verificada no segmento das sociedades não financeiras. O crédito vencido há mais de 30 dias diminuiu 13,5% face a 2016, atingindo um montante de 16,1 mil milhões de euros, e representando 7,3% do crédito bruto total a clientes, o que compara com 8,2% registados em 2016. Por outro lado, os progressos na redução de NPL têm sido muito significativos. Face a 2016, os NPL diminuíram cerca de 9,4 mil milhões de euros, tendo o rácio de NPL diminuído 3,9 p.p., para 13,3%, e o rácio de cobertura por imparidade subido 4,1 p.p., para 49,4%.

A carteira de investimentos financeiros agregada, em termos brutos, das instituições associadas totalizou 73.522 milhões de euros, tendo diminuído 1,7%, em termos homólogos, o que correspondeu a um decréscimo de cerca de 1,3 mil milhões de euros. A carteira de investimentos financeiros manteve uma estrutura maioritariamente composta por títulos de dívida pública, que representavam aproximadamente 56% da carteira total de investimentos financeiros, o que compara com 53% em 2016. A carteira de investimentos financeiros representava, em 2017, 20,8% do ativo total, o que compara com 21,1% em 2016.

Em 2017, os recursos de clientes e outros empréstimos (depósitos) continuaram a reforçar o seu peso na estrutura do financiamento das instituições financeiras, passando de 62,2%, em 2016, para 63,8%. O peso dos capitais próprios no balanço subiu para 8,9% (que compara com 6,7% em 2016) em resultado de operações de reforço de fundos próprios por parte de algumas instituições financeiras.

**Tabela 2: Composição e evolução da estrutura de financiamento agregado, a 31 de dezembro**

	2014	2015	2016	2017	Média
<b>Recursos de Bancos Centrais</b>					
Total (milhões €)	30.289	25.396	22.743	22.172	-
Taxa de variação anual	-	-16,2%	-10,4%	-2,5%	-9,7%
Em % do total de balanço	8,1%	7,1%	6,8%	6,6%	7,1%
<b>Recursos de Outras Instituições de Crédito</b>					
Total (milhões €)	32.732	31.619	31.674	26.409	-
Taxa de variação anual	-	-3,4%	0,2%	-16,6%	-6,6%
Em % do total de balanço	8,8%	8,9%	9,4%	7,9%	8,7%
<b>Recursos de Clientes e Outros Empréstimos</b>					
Total (milhões €)	214.093	213.153	209.478	214.311	-
Taxa de variação anual	-	-0,4%	-1,7%	2,3%	0,0%
Em % do total de balanço	57,2%	59,8%	62,2%	63,8%	60,8%
<b>Títulos de Dívida Emitidos e Outros Instrumentos de Capital <sup>a)</sup></b>					
Total (milhões €)	34.052	26.499	20.162	15.548	-
Taxa de variação anual	-	-22,2%	-23,9%	-22,9%	-23,0%
Em % do total de balanço	9,1%	7,4%	6,0%	4,6%	6,8%
<b>Outros Passivos Financeiros <sup>b)</sup></b>					
Total (milhões €)	31.022	26.739	21.646	18.300	-
Taxa de variação anual	-	-13,8%	-19,0%	-15,5%	-16,1%
Em % do total de balanço	8,3%	7,5%	6,4%	5,5%	6,9%
<b>Outros Passivos <sup>c)</sup></b>					
Total (milhões €)	10.144	9.920	8.657	9.246	-
Taxa de variação anual	-	-2,2%	-12,7%	6,8%	-2,7%
Em % do total de balanço	2,7%	2,8%	2,6%	2,8%	2,7%
Total de Passivo (milhões €)	352.332	333.326	314.360	305.986	-
Taxa de variação anual	-	-5,4%	-5,7%	-2,7%	-4,6%
Em percentagem do total de balanço	94,2%	93,5%	93,3%	91,1%	93,0%
<b>Capitais Próprios</b>					
Total (milhões €)	21.729	23.261	22.525	29.767	-
Taxa de variação anual	-	7,1%	-3,2%	32,2%	12,0%
Em % do total de balanço	5,8%	6,5%	6,7%	8,9%	7,0%
Total de Passivo e Capitais Próprios	374.061	356.587	336.885	335.753	-

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Inclui responsabilidades representadas por títulos, passivos subordinados e instrumentos representativos de capital.

<sup>b)</sup> Inclui passivos financeiros de negociação, outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos financeiros associados a ativos transferidos.

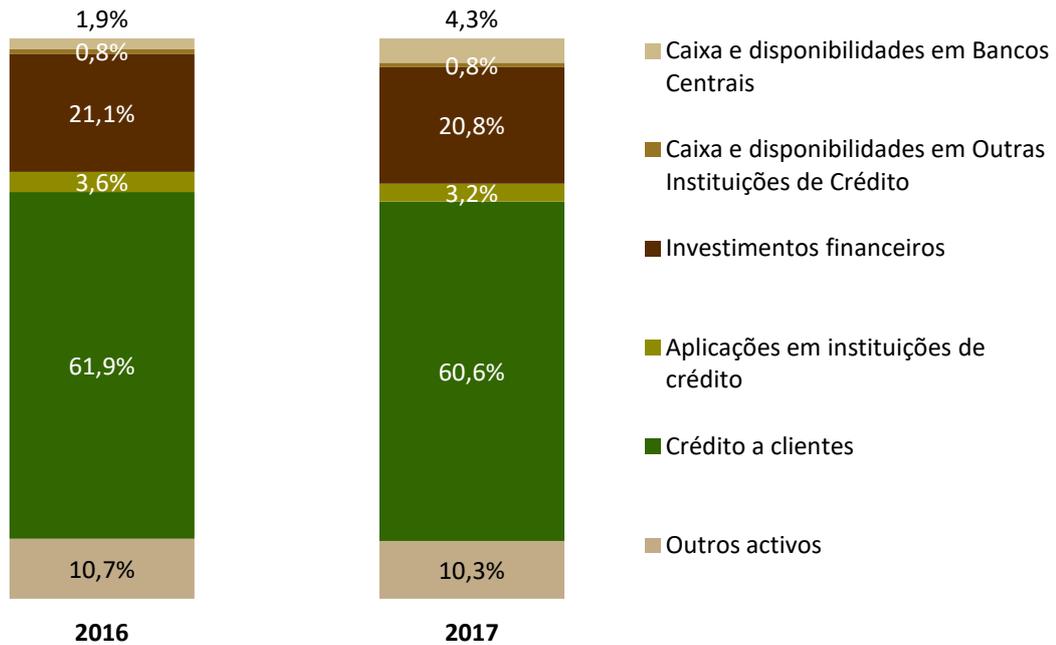
<sup>c)</sup> Inclui derivados de cobertura com justo valor negativo, provisões, passivos por impostos correntes e diferidos e outros passivos.

A redução do crédito a clientes e o aumento dos recursos de clientes traduziu-se na redução do rácio de transformação, que passou de 99,5% em 2016, para 94,9% em 2017.

A evolução do passivo refletiu também uma redução nos recursos de outras instituições de crédito (-16,6%); recursos de bancos centrais (-2,5%); títulos de dívida emitidos e outros instrumentos de capital (-22,9%) e em outros passivos financeiros (-15,5%).

De referir que, a diminuição registada na rubrica de títulos de dívida emitidos e outros instrumentos de capital reflete parcialmente a conversão em capital dos instrumentos de capital contingente, pela CGD, e a operação de Exercício de Gestão de Passivos (LME – *Liability Management Exercise*), pelo Novo Banco, que se traduziu na compra e reembolso de obrigações objeto deste programa. Por sua vez, o financiamento junto de bancos centrais continuou a sua trajetória descendente, traduzindo a melhoria na posição de liquidez das instituições financeiras.

**Gráfico 18: Composição e evolução da estrutura do ativo agregado**



Fonte: IFs, APB.

## V.2. Análise da demonstração de resultados

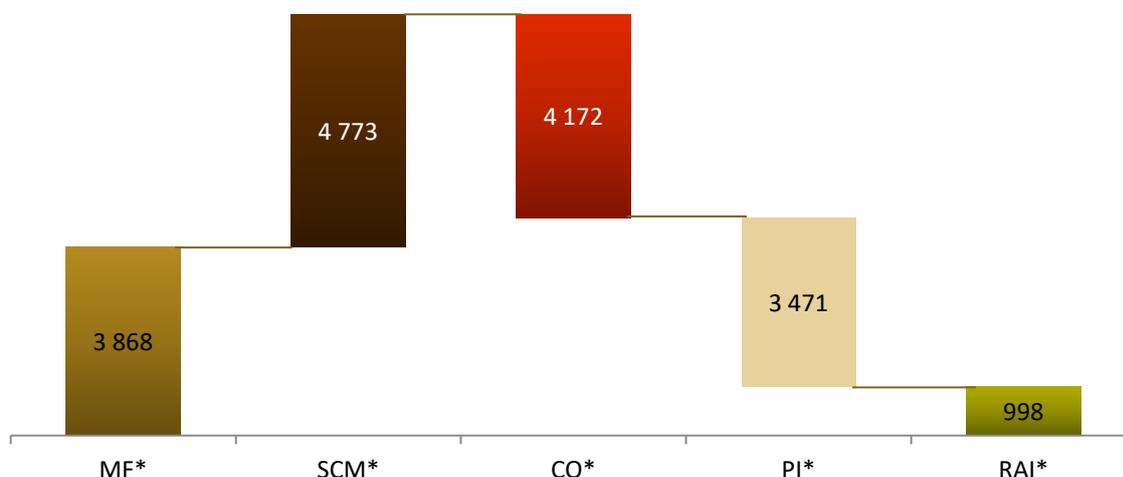
Em 2017, a rentabilidade agregada das instituições financeiras apresentou uma evolução favorável e iniciou uma trajetória positiva, refletindo essencialmente uma descida das imparidades, num contexto de prossecução de redução de ativos não produtivos.

**Tabela 3: Demonstração dos resultados agregada**

	2016	2017	Variação	
	EUR Milhões	EUR Milhões	EUR Milhões	%
+ Juros e rendimentos similares	7.533	6.567		
- Juros e encargos similares	3.697	2.699		
<b>Margem Financeira (MF)</b>	<b>3.836</b>	<b>3.868</b>	<b>32</b>	<b>0,8%</b>
+ Rendimentos de serviços e comissões	2.539	2.643		
- Encargos com serviços e comissões	459	442		
Resultados de Serviços e Comissões	2.080	2.201	121	5,8%
+ Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-51	81		
+ Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	602	596		
+ Resultados de reavaliação cambial	54	136		
Resultados de Operações Financeiras	605	813	208	34,4%
+ Rendimentos de instrumentos de capital	662	488		
+ Resultados de alienação de outros ativos	187	258		
+ Outros resultados de exploração	-99	1.013		
Outros Resultados	750	1.759	1.009	134,5%
<b>Produto Bancário (PB)</b>	<b>7.271</b>	<b>8.641</b>	<b>1.370</b>	<b>18,8%</b>
- Custos com pessoal	2.212	2.410		
- Gastos gerais administrativos	1.665	1.496		
- Amortização do exercício	271	266		
Custos Operacionais	4.148	4.172	24	0,6%
<b>Resultado Bruto de Exploração (RBE)</b>	<b>3.123</b>	<b>4.469</b>	<b>1.346</b>	<b>43,1%</b>
- Provisões líquidas de reposições e anulações	412	488		
- Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	4.160	2.009		
- Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	1.142	480		
- Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	1.140	494		
Provisões e Similares	6.854	3.471	-3.383	-49,4%
<b>Resultado Antes de Impostos (RAI)</b>	<b>-3.731</b>	<b>998</b>	<b>4.729</b>	<b>126,7%</b>

Fonte: IFs, APB.

**Gráfico 19: Formação do resultado antes de impostos agregado (2017, milhões de euros)**



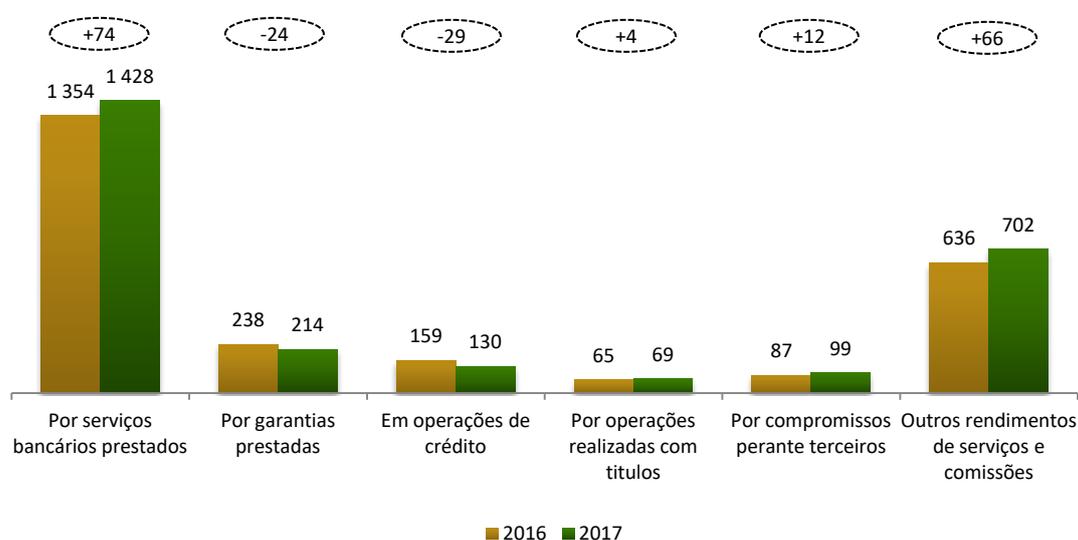
Fonte: IFs.

Nota: \*MF – margem financeira; SCM – resultados de serviços a clientes e de mercado; CO – custos operacionais; PI – provisões e imparidades; RAI – resultado antes de impostos.

Em 2017, a margem financeira agregada das instituições financeiras ascendeu a 3,9 mil milhões de euros, mantendo-se praticamente inalterada face ao ano anterior. Importa referir que o impacto da redução verificada na concessão de crédito e nas taxas de juro ativas foi compensado pela diminuição dos custos relacionados com a menor remuneração dos depósitos.

As comissões líquidas aumentaram 5,8% refletindo principalmente o aumento das comissões relativas a comissões por serviços bancários prestados. Os resultados de operações financeiras aumentaram 34,4% e o aumento dos outros resultados (+134,5%) foi positivamente afetado pela receita relativa à ativação do Mecanismo de Capital Contingente previsto nos contratos celebrados no âmbito da venda do Novo Banco, no montante de 791,9 milhões de euros.

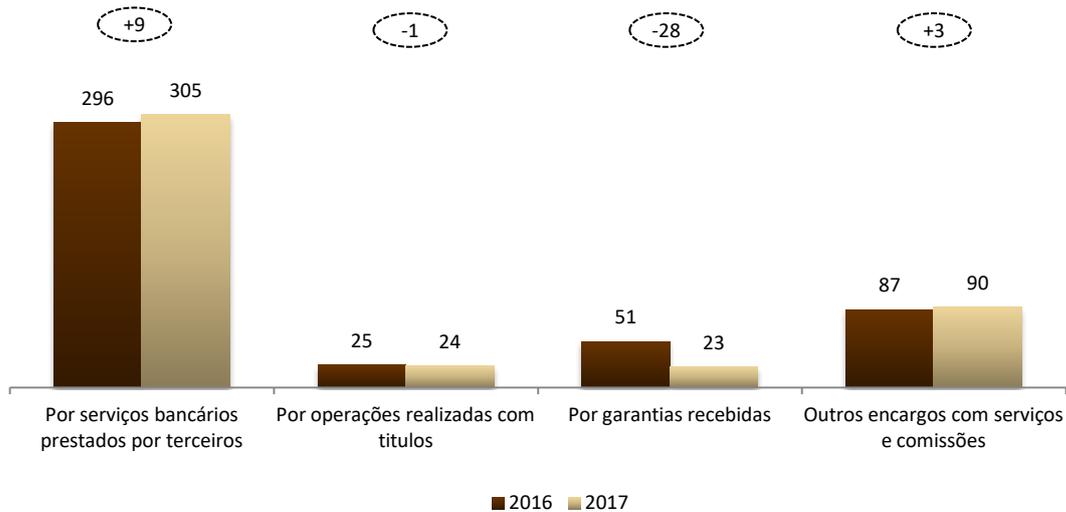
**Gráfico 20: Decomposição dos rendimentos de serviços e comissões (milhões de euros)**



Fonte: IFs, APB.

Nota: ○ Variação 2017/2016.

**Gráfico 21: Decomposição dos encargos com serviços e comissões (milhões de euros)**

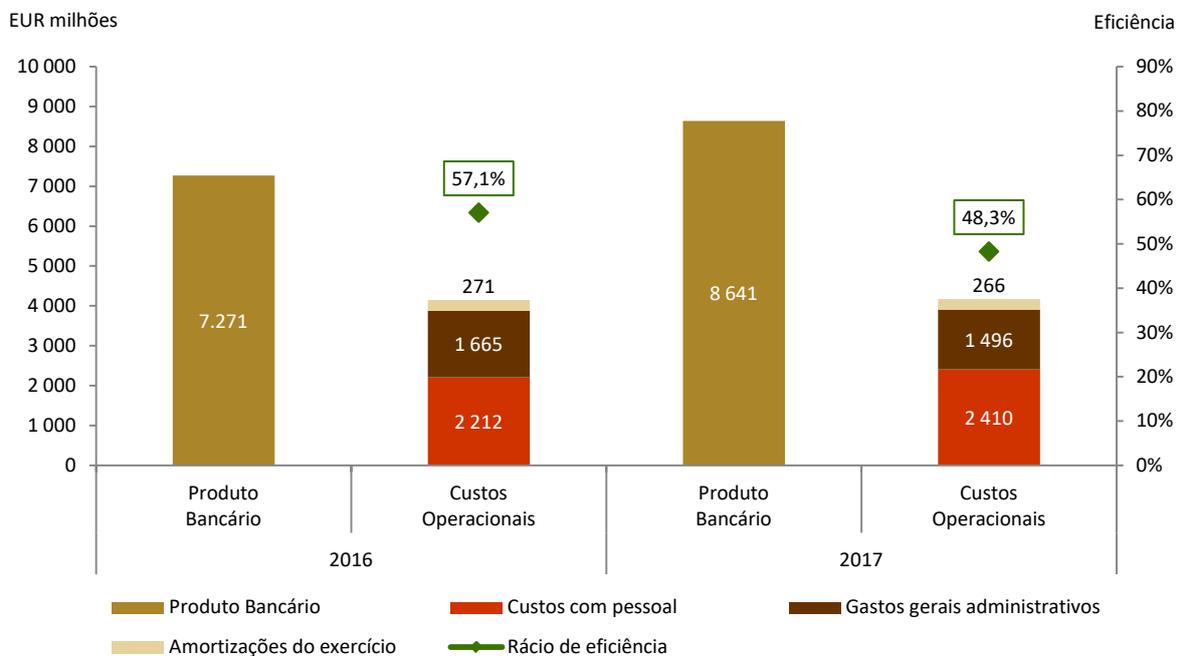


Fonte: IFs, APB.

Nota: ○ Variação 2016/2017.

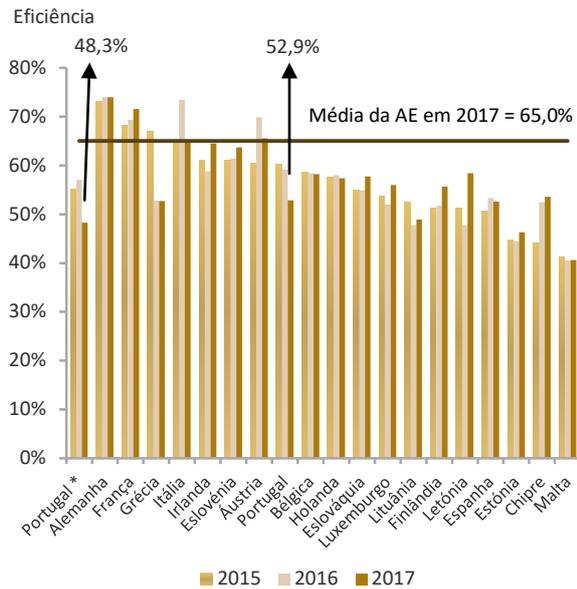
Os custos operacionais mantiveram-se praticamente inalterados face a 2016, tendo o aumento dos custos com o pessoal (+9%) sido praticamente compensado pela descida dos gastos gerais administrativos (-10,2%) e das amortizações do exercício (-1,8%). A subida dos custos com pessoal deveu-se essencialmente ao impacto de custos não recorrentes relacionados com processos de reestruturação.

**Gráfico 22: Evolução do produto bancário, custos operacionais e rácio de eficiência**



O rácio de eficiência (*cost-to-income*) registou uma melhoria significativa tendo descido 8,8 p.p. face a 2016, para 48,3% devido à subida do produto bancário.

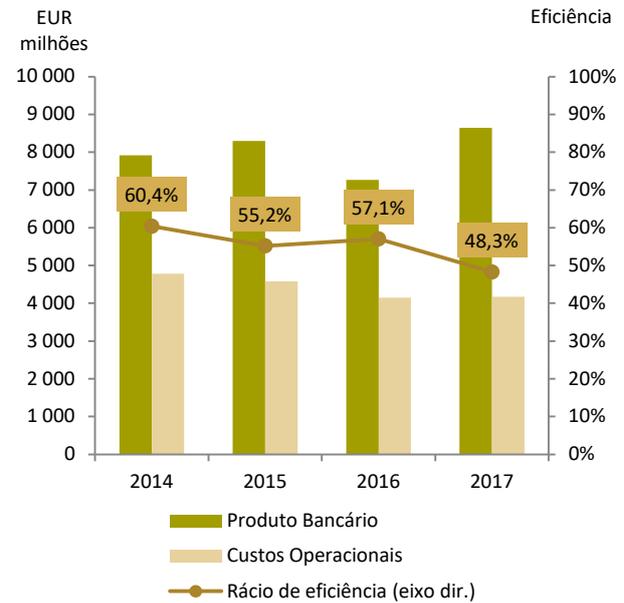
**Gráfico 23: Rácio de eficiência na Área do Euro**



Fonte: BCE, IFs, APB.

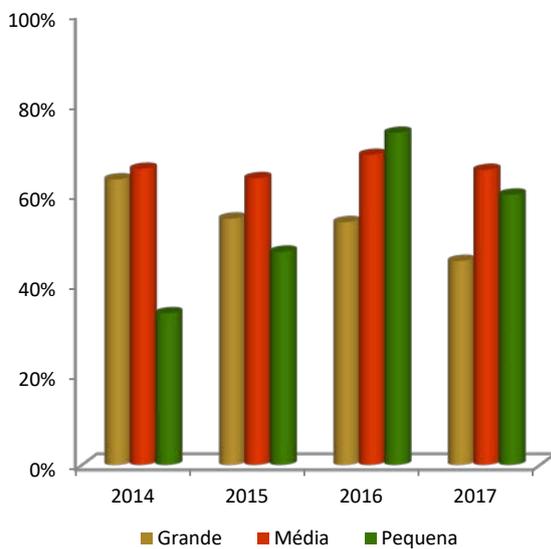
Nota\*: Rácio de eficiência das instituições financeiras associadas da APB.

**Gráfico 24: Decomposição do rácio de eficiência em Portugal**

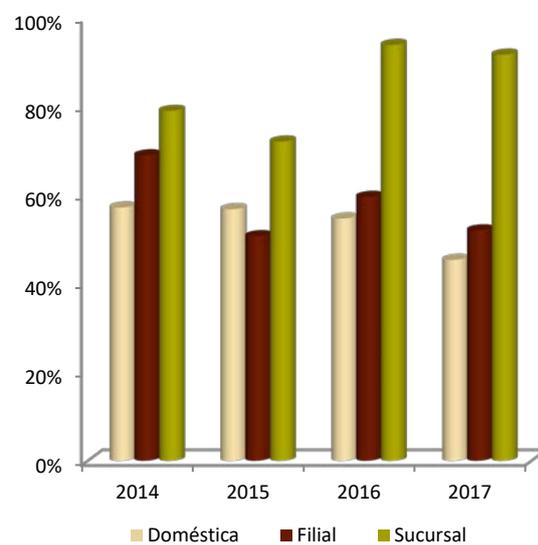


**Gráfico 25: Evolução do rácio de eficiência**

**a) Por dimensão**

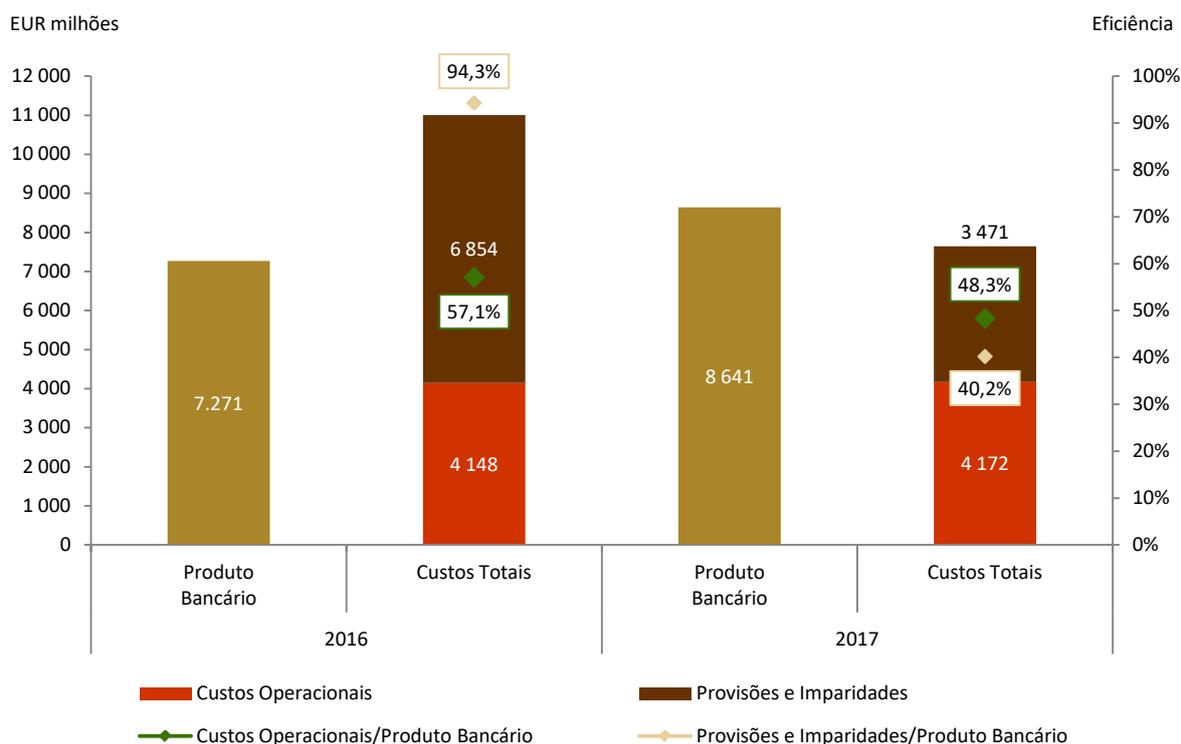


**b) Por origem/forma de representação legal**



Fonte: IFs, APB.

**Gráfico 26: Evolução do produto bancário, custos operacionais e imparidades**



Fonte: IFs, APB.

Em 2017, verificou-se uma redução acentuada do nível de provisões e imparidades face a 2016. Em 2017, as provisões e imparidades totalizaram cerca de 3,5 mil milhões de euros, o que compara com 6,9 mil milhões de euros no ano anterior, e que corresponde a 40,2% do produto bancário agregado (94,3%, em 2016).

### V.3. Análise fiscal e parafiscal

As instituições financeiras estão sujeitas ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), tal como a generalidade das empresas dos restantes sectores económicos.

Da análise do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) resulta que os ajustamentos aplicáveis aos rendimentos das instituições financeiras para apuramento da matéria coletável correspondem aos que são aplicáveis à generalidade das empresas, que são, nomeadamente, os seguintes:

- Mais-valias e imparidades (líquidas) (Artigos 26.º a 28.º-C, 39.º a 40.º e 46.º a 48.º do CIRC);
- Eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos (Artigo 51.º do CIRC);
- Encargos não dedutíveis (Artigo 23.º-A do CIRC);
- Provisões para outros riscos (Artigo 39.º a 40.º do CIRC);
- Imputação de lucros de sociedades sujeitas a regimes fiscais privilegiados, líquida de deduções (Artigo 66.º do CIRC);

- Fundos de Pensões (Artigo 43.º, n.º 2 e n.º 3 do CIRC<sup>13</sup>);
- Provisões para imparidades de crédito (Artigos 28.º-A a 28.º-C do CIRC, Decreto Regulamentar n.º 11/2017, de 28 de dezembro). A alteração do CIRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B788, de 30 de novembro, com a redação dada pela Lei n.º 82-C/2014, de 31 de dezembro, estabeleceu que os montantes anuais acumulados das perdas por imparidade para risco específico de crédito dedutíveis são determinadas por regras definidas em decreto-regulamentar. O normativo contabilístico aplicável às entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal foi alterado em 2015, não tendo, no entanto, ocorrido qualquer modificação ao enquadramento fiscal aplicável. Assim, o Decreto-Regulamentar n.º 11/2017, de 28 de dezembro, reproduziu o regime fiscal que vigorava no ano de 2016 e nos anos anteriores, prolongando-o para 2017, mantendo-se o enquadramento que decorre do Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal. O referido Decreto-Regulamentar determina, no n.º 1 do artigo 2.º, que “O montante anual acumulado das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito a que se refere o n.º 2 do artigo 28.º-A do Código do IRC, não pode ultrapassar o que corresponder à aplicação dos limites mínimos obrigatórios estabelecidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, na redação em vigor antes da respetiva revogação pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, para as provisões para risco específico de crédito.” Assim, os bancos não têm qualquer vantagem especial, verificando-se apenas quanto a eles uma regra diferente de cálculo dos limites de provisionamento, dedutíveis para efeitos fiscais.<sup>14</sup>

Também os benefícios fiscais aplicáveis ao sector bancário correspondem aos que são aplicáveis à generalidade das empresas (Artigos 19.º e 61.º a 66.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais). Por outro lado, verifica-se que várias medidas de restrição na aplicação dos benefícios fiscais foram anunciadas como destinadas principalmente à banca. É o caso do aumento, de 75% para 90%, do limite mínimo de IRC liquidado, após a dedução do crédito de imposto por dupla tributação internacional<sup>15</sup> e a redução do limite dos prejuízos fiscais a deduzir, em cada um dos períodos de tributação, de 75% para 70% do lucro tributável<sup>16</sup>, introduzido pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, que procede à reforma da tributação das sociedades alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

De forma a confirmar a análise do regime fiscal acima efetuada, procedeu-se a uma aproximação, em termos agregados, do montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, pelas instituições financeiras associadas.<sup>17</sup> Para esta aproximação, foram considerados os valores estimados para a matéria coletável de 2016 e 2017, apurada a partir do resultado antes de

---

<sup>13</sup> Na prática, o regime dos Fundos de Pensões no sector bancário é até mais penalizador. No regime geral, as pensões são asseguradas pela Segurança Social e os descontos efetuados pelas empresas para esse efeito não se encontram limitados em termos de IRC. No sector bancário, as reformas têm de ser asseguradas pelos bancos e o custo fiscal que lhes esteja associado não pode exceder 25% da massa salarial.

<sup>14</sup> Concretamente, os bancos acabam por sofrer uma antecipação da entrega do IRC ao Estado em virtude de as imparidades de créditos resultantes de grande parte da sua atividade normal (concessão de créditos com garantias reais) não serem fiscalmente dedutíveis (os restantes sectores de atividade normalmente não concedem créditos garantidos por direitos reais).

<sup>15</sup> Art. 92.º do Código do IRC.

<sup>16</sup> Art. 52.º do Código do IRC.

<sup>17</sup> Para efeitos desta aproximação, e por razões de indisponibilidade de dados, foram tomadas em consideração apenas 20 das 25 instituições financeiras que compõem a amostra de base deste Boletim.

impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados, corrigidos pelos mencionados ajustamentos efetuados nos termos do CIRC. Ainda no âmbito desta aproximação, estimou-se o Imposto sobre o Rendimento através da aplicação da taxa de IRC, estipulada para cada um dos anos, à matéria coletável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

Após a reforma do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, introduzida pela Lei n.º2/2014, de 16 de janeiro, que introduziu alterações ao CIRC, a taxa geral de imposto reduziu de 25% para 23% em 2014 e para 21% em 2015 (alteração efetuada pela Lei do Orçamento de Estado para 2015 – Lei n.º 82-B/2014 de 31 de Dezembro), mantendo-se para os exercícios de 2016 e 2017<sup>18</sup>.

Segundo os valores calculados estima-se que o valor total de IRC a pagar ao Estado pelas instituições financeiras se venha a situar em cerca de 92 milhões de euros em 2017 (contra 108 milhões de euros, em 2016), o que corresponde a uma taxa de IRC estimada de 20,9% (contra 22,5% em 2016). De referir ainda que, de acordo com as estatísticas fornecidas pela Direção Geral dos Impostos<sup>19</sup> relativas ao exercício de 2017, a taxa média efetiva de IRC para as empresas do sector financeiro e de seguros foi de 18,3%.

---

<sup>18</sup> Art. 87.º do Código do IRC.

<sup>19</sup> Estatísticas da Direção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) – IRC - Declarações Mod. 22 – Exercícios de 2015 a 2017 – Taxas Médias Efetivas:  
[http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/dgci/divulgacao/estatisticas/estatisticas\\_ir/](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/dgci/divulgacao/estatisticas/estatisticas_ir/)

**Tabela 4: Aproximação ao montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, por referência aos exercícios de 2016 e 2017 na base de valores estimados para a matéria coletável, reconstituída a partir do resultado antes de impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados**

	2016 milhões €	2017 milhões €
<b>Resultado Antes de Impostos <sup>a)</sup></b>	<b>(3.888)</b>	<b>660</b>
Ajustamentos para apuramento do lucro tributável / prejuízo fiscal		
De aplicação a todos os sujeitos passivos de IRC:		
Mais-valias e imparidades em participações (líquidas)	(1.266)	209
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(714)	(390)
Benefícios fiscais	(6)	(13)
Gastos e rendimentos não relevantes para efeitos fiscais	85	(66)
Provisões para outros riscos	2.814	(253)
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado	80	140
Benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	(221)	230
Imparidades para risco de crédito	1.257	(120)
Outros <sup>b)</sup>	(911)	(111)
<b>Lucro Tributável / Prejuízo Fiscal do Exercício</b>	<b>(2.770)</b>	<b>286</b>
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(355)	(1)
<b>Matéria Coletável <sup>c)</sup></b>	<b>480</b>	<b>440</b>
Impostos sobre o rendimento (IRC)	108	92
<b>Taxa de Imposto sobre o Rendimento (%)</b>	<b>22,5%</b>	<b>20,9%</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Corresponde ao resultado antes de impostos das 20 instituições financeiras que integram a amostra neste capítulo.

<sup>b)</sup> Inclui variações patrimoniais positivas e negativas não refletidas em resultado líquido do exercício, mas reconhecidas em reservas e resultados transitados.

<sup>c)</sup> O valor do lucro tributável agregado é composto pelo somatório de lucros tributáveis e prejuízos fiscais das diversas instituições financeiras da amostra. As instituições financeiras que tenham registado prejuízo fiscal no exercício não possuem matéria coletável, motivo pelo qual só se incluem no campo Matéria Coletável os valores agregados das associadas que registem lucros tributáveis (mesmo após a dedução de prejuízos), valor que, logicamente, será necessariamente superior ao valor dos lucros tributáveis agregados (que contém os valores dos referidos prejuízos).

Para além do IRC propriamente dito, as instituições financeiras pagam ao Estado as Derramas e estão sujeitas a Tributação Autónoma assim como, nos países estrangeiros onde operam, aos impostos aí cobrados. Em 2016 e 2017, os valores entregues pelas instituições financeiras terão ascendido, nesta matéria, a 76 e 68 milhões de euros, respetivamente.

Adicionalmente, as instituições financeiras suportam outros encargos fiscais de exploração, tais como o Imposto do Selo, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) não dedutível, e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Para efeitos da Tabela 6, estes impostos estão agrupados sob a designação de encargos fiscais de exploração.

**Tabela 5: Aproximação ao montante de derramas, tributações autónomas e imposto sobre o rendimento suportado no estrangeiro**

	2016 milhões €	2017 milhões €
Impostos sobre o rendimento suportados no estrangeiro líquidos de dedução por dupla tributação	28	24
Tributações autónomas	15	13
Derramas <sup>a)</sup>	33	31
<b>Total de Derramas, Tributações Autónomas e Imposto Sobre o Rendimento Suportado no Estrangeiro</b>	<b>76</b>	<b>68</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> A aproximação às derramas correspondeu à aplicação de uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, a que acresceu uma taxa entre 3% a 7% consoante o montante do lucro tributável.

Em 2010, a Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55 – A/2010, de 31 de dezembro), no seu art. nº 141, veio estabelecer uma Contribuição sobre o Sector Bancário. Conforme definido pela Portaria nº 121/2011, de 30 de março, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, esta contribuição incide sobre:

a) o passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzidos dos fundos próprios de base (Tier 1) e complementares (Tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. A taxa aplicável é de 0,05% sobre o valor apurado.

b) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos. A taxa aplicável é de 0,00015% sobre o valor calculado.

O montante da Contribuição sobre o Sector Bancário, para o conjunto das instituições financeiras associadas, foi de 163 milhões de euros em 2017 (160 milhões de euros em 2016).

Quanto à carga parafiscal, ela é constituída pelas contribuições para a Segurança Social, para o SAMS (Serviço de Assistência Médico-Social) e para os fundos de pensões.

**Tabela 6: Carga fiscal e parafiscal**

	2016 milhões €	2017 milhões €
<b>Carga Fiscal</b>		
Encargos fiscais de exploração <sup>b)</sup>	176	231
Contribuição sobre o Sector Bancário	160	163
Total	336	394
<b>Carga Parafiscal</b>		
Taxa Social Única	267	266
Encargos com pensões	389	98
Outros encargos	113	101
Total	769	465
<b>Total</b>	<b>1.105</b>	<b>859</b>

Fonte: IFs, APB.

<sup>b)</sup> Englobam Imposto do Selo, IVA não dedutível e IMI.

## VI. Análise de solvabilidade<sup>20</sup>

Tabela 7: Adequação dos fundos próprios, a 31 de dezembro

	2016	2017	Varição
<b>Ativo Total (Milhões €)</b>			
Ativo total <sup>a)</sup>	367.328	358.723	-2,3%
<b>Fundos Próprios (Milhões €)</b>			
<i>Common Equity Tier 1 (CET1)</i>	23.526	27.146	15,4%
<i>Tier 1</i>	24.173	28.285	17,0%
<i>Tier 2</i>	1.146	1.380	20,4%
Fundos próprios elegíveis	25.319	29.665	17,2%
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (Milhões €)</b>			
Risco de crédito	184.964	172.143	-6,9%
Risco de mercado	6.666	4.901	-26,5%
Risco operacional	14.909	14.895	-0,1%
Posições em risco - Ajustamento da avaliação de crédito	1.549	1.350	-12,8%
Outros	1.475	2.559	73,5%
Ativos ponderados pelo risco	209.563	195.848	-6,5%
<b>Rácios de Fundos Próprios (%)<sup>21</sup></b>			
CET1	11,2%	13,9%	+2,6 pp
Tier 1	11,5%	14,4%	+2,9 pp
Solvabilidade total	12,1%	15,1%	+3,1 pp

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Não inclui valores extra-patrimoniais.

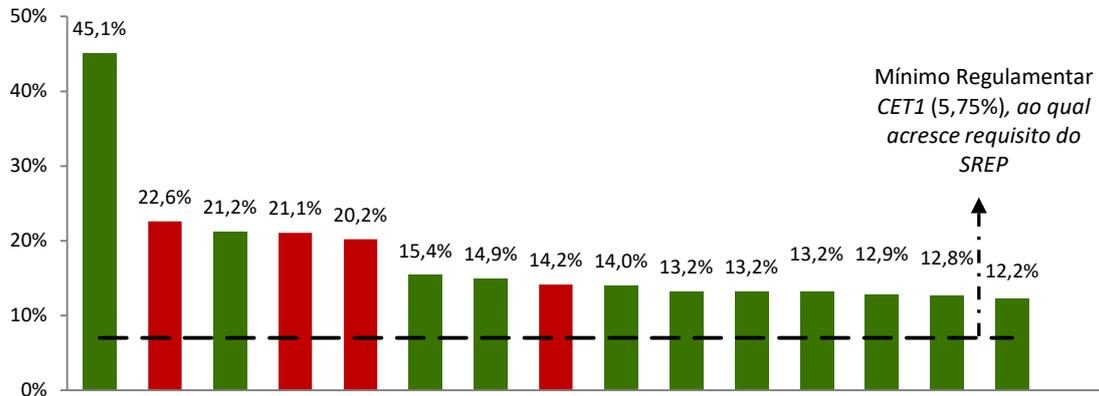
Em 2017, o rácio CET1 agregado situou-se em 13,9%, e o rácio de solvabilidade total em 15,1%, ambos acima dos respetivos mínimos regulamentares, e registando uma subida de 2,6 p.p. e 3,1p.p., respetivamente, face a 2016.

Numa perspetiva individual, todas as instituições financeiras consideradas nesta análise apresentaram rácios *CET1* acima do nível mínimo estabelecido pelo Banco de Portugal, com 11 das 15 instituições a assinalar uma melhoria deste indicador de solvabilidade em 2017.

<sup>20</sup> A análise de solvabilidade conduzida baseia-se nas demonstrações financeiras sujeitas aos requisitos prudenciais das instituições domésticas e filiais. Este critério levou a uma amostra de 15 IF's associadas, das quais em duas se utilizaram as contas individuais e nas restantes as contas consolidadas.

<sup>21</sup> Rácios calculados segundo as regras *phase-in*.

**Gráfico 27: Rácios Common Equity Tier 1, a 31 de dezembro de 2017**

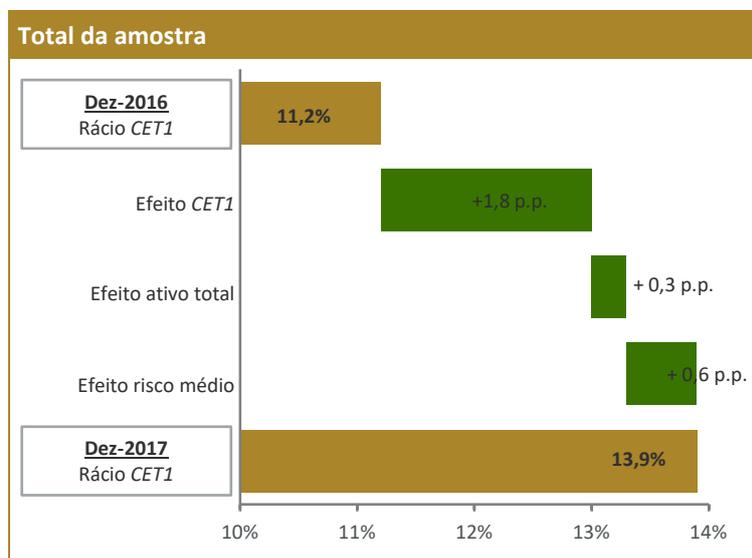


Fonte: IFs, APB.

Nota: Rácios CET1 ordenados por ordem decrescente. As colunas vermelhas (verdes) identificam as instituições que diminuíram (aumentaram) o seu rácio de solvabilidade de melhor qualidade entre 2016 e 2017. O limite mínimo regulamentar presente no gráfico corresponde a 4,5% para o CET1, acrescido de 1,25% de reserva de conservação de fundos próprios.

O desempenho do rácio de CET1 traduziu-se numa subida de 2,6 p.p., entre 2016 e 2017, determinada pelo efeito conjunto entre o aumento de fundos próprios (+1,8 p.p.) e, em menor escala, da diminuição do ativo total (+0,3 p.p.) e da redução do risco médio dos ativos (+0,6 p.p.)<sup>22</sup>.

**Quadro 1: Decomposição da variação do rácio**



Fonte: APB.

À semelhança do verificado em anos anteriores, a diminuição dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) para risco de crédito (-12,8 mil milhões de euros) foi o principal fator explicativo para a queda da rubrica agregada de RWAs. Os RWAs para risco de crédito continuaram a ser a maior fonte de consumo de capital, absorvendo 88,3% dos requisitos totais. Os RWAs para risco operacional e

<sup>22</sup> Para entender os efeitos destes três elementos, relembra-se que o nível de solvabilidade é calculado como: Fundos Próprios / (Ativo total \* Risco médio), onde o “risco médio”, também designado por ponderador médio de risco dos ativos, é dado pelo rácio entre os ativos ponderados pelo risco e o ativo total.

risco de mercado registaram diminuições de, respetivamente, 14 milhões de euros e 1,7 mil milhões de euros.

**Tabela 8: Composição dos ativos ponderados pelo risco das instituições financeiras associadas**

	2014	2015	2016	2017
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (Milhões €)</b>				
Risco de crédito	210.633	201.075	184.964	172.143
Taxa de variação anual		-4,5%	-8,0%	-6,9%
Risco de mercado	4.645	5.751	6.666	4.901
Taxa de variação anual		23,8%	15,9%	-26,5%
Risco operacional	15.106	13.977	14.909	14.895
Taxa de variação anual		-7,5%	6,7%	-0,1%
Posições em risco - Ajustamento da avaliação de crédito	1.558	1.390	1.549	1.350
Taxa de variação anual		-10,8%	11,4%	-12,8%
Outros Resultados (OR)	3.269	1.322	1.475	2.559
Taxa de variação anual		-59,6%	11,6%	73,5%
Ativos ponderados pelo risco	235.211	223.515	209.563	195.848
Taxa de variação anual		-5,0%	-6,2%	-6,5%

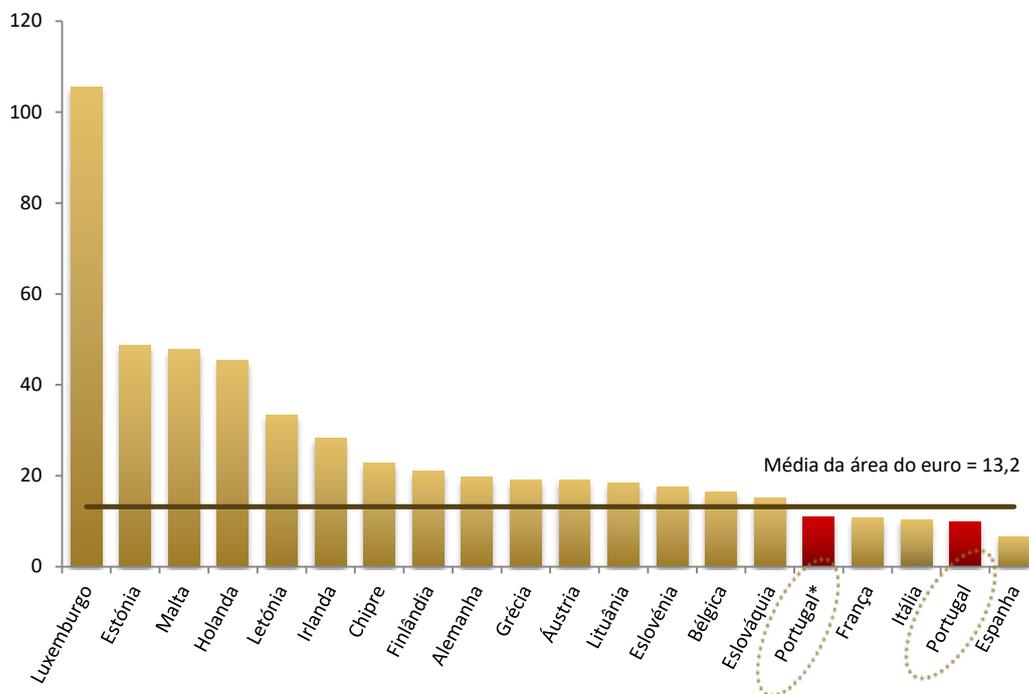
Fonte: IFs, APB.

## VII. Indicadores de Eficiência

Os indicadores de eficiência<sup>23</sup>, nomeadamente, os que quantificam a atividade ou *performance* por balcão ou colaborador, indicam uma melhoria generalizada no período de 2014 a 2017. Esta situação é, em grande parte, justificada pelo atual contexto de implementação de processos de reestruturação e redimensionamento das estruturas operativas do sistema bancário português.

Em termos comparativos, em 2017, o sistema bancário nacional, bem como as instituições financeiras associadas, continuam a destacar-se positivamente face às suas congéneres da Área do Euro, tendo demonstrado um rácio de empregados por balcão inferior à média dos países da Área do Euro. Enquanto os países da área do euro, em média, possuíam 14 colaboradores por cada balcão, as instituições financeiras nacionais tinham cerca de 10 colaboradores por cada balcão e as instituições financeiras associadas cerca de 11 colaboradores.

**Gráfico 28: Número de empregados por balcão na área do euro**



Fonte: IFs, BCE, APB.

Nota: \*Rácio do número de empregados por balcão das instituições financeiras associadas da APB.

<sup>23</sup> A análise foi efetuada tendo por base o número global de empregados (afetos à atividade doméstica e à atividade internacional), bem como o número total de balcões (incluindo as agências bancárias em Portugal e as das sucursais e escritórios de representação no exterior).

Tabela 9: Outros Indicadores de Eficiência

	2014	2015	2016	2017	Média
<b>Indicadores de Eficiência por Empregado</b>					
<b>Número Global de Empregados <sup>a)</sup></b>					
Total	50.847	48.905	47.118	46.228	
Taxa de variação anual		-3,8%	-3,7%	-1,9%	-3,1%
<b>População por Empregado</b>					
Total (número de habitantes)	204	211	219	223	-
Taxa de variação anual		3,6%	3,5%	1,7%	3,0%
<b>Ativo Total Médio <sup>b)</sup> por Empregado</b>					
Total (milhares €)	7.800	7.470	7.365	7.337	-
Taxa de variação anual		-4,2%	-1,4%	-0,4%	-2,0%
<b>Volume de Negócios <sup>c)</sup> por Empregado</b>					
Total (milhares €)	8.542	8.693	8.871	9.037	-
Taxa de variação anual	-	1,8%	2,0%	1,9%	1,9%
<b>Crédito <sup>d)</sup> por Empregado</b>					
Total (milhares €)	4.331	4.334	4.425	4.401	-
Taxa de variação anual		0,1%	2,1%	-0,6%	0,5%
<b>Custo Médio <sup>e)</sup> por Empregado</b>					
Total (milhares €)	52	52	47	52	-
Taxa de variação anual		-0,5%	-10,1%	11,1%	0,2%
<b>Produto Bancário por Empregado</b>					
Total (milhares €)	156	170	154	187	-
Taxa de variação anual		8,9%	-9,1%	21,1%	7,0%
<b>Indicadores de Eficiência por Balcão</b>					
<b>Número de Balcões <sup>a)</sup></b>					
Total	5.276	5.105	4.620	4.265	-
Taxa de variação anual		-3,2%	-9,5%	-7,7%	-6,8%
<b>População por Balcão</b>					
Total (número de habitantes)	1.966	2.026	2.232	2.413	-
Taxa de variação anual		3,0%	10,2%	8,1%	7,1%
<b>Empregados por Balcão</b>					
Total (número de empregados)	9,64	9,58	10,20	10,84	-
Taxa de variação anual		-0,6%	6,5%	6,3%	4,0%
<b>Ativo Total Médio <sup>b)</sup> por Balcão</b>					
Total (milhares €)	75.169	71.562	75.114	79.528	-
Taxa de variação anual		-4,8%	5,0%	5,9%	2,0%
<b>Volume de Negócios <sup>c)</sup> por Balcão</b>					
Total (milhares €)	82.318	83.275	90.472	97.948	-
Taxa de variação anual		1,2%	8,6%	8,3%	6,0%
<b>Crédito <sup>d)</sup> por Balcão</b>					
Total (milhares €)	41.740	41.522	45.130	47.699	-
Taxa de variação anual		-0,5%	8,7%	5,7%	4,6%
<b>Produto Bancário por Balcão</b>					
Total (milhares €)	1.501	1.625	1.574	2.026	-
Taxa de variação anual		8,3%	-3,2%	28,7%	11,3%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Inclui o número de balcões e colaboradores em Portugal, bem como das sucursais e escritórios de representação no exterior.

<sup>b)</sup> Equivale à média aritmética entre o ativo do período n e o ativo do período n-1.

<sup>c)</sup> Inclui crédito líquido a clientes e recursos de clientes e outros empréstimos.

<sup>d)</sup> Inclui crédito líquido a clientes.

<sup>e)</sup> Apenas custos com pessoal.

## VIII. Análise da Atividade Internacional<sup>24</sup>

A análise da atividade internacional foi realizada com base na agregação da atividade consolidada de oito grupos bancários associados (BCP, BPI, BST, CGD, Montepio, Novo Banco, BIG e Haitong)<sup>25</sup>. Em 2017, o ativo líquido total da atividade internacional destas IFs ascendeu a 51,8 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 19,2% face a 2016 (-12,3 mil milhões de euros), e refletindo os processos de desconsolidação da atividade internacional por parte de algumas instituições financeiras. Assim, o ativo da atividade internacional passou a representar 16% do ativo total consolidado, o que compara com 19,6% em 2016.

**Tabela 10: Evolução do balanço consolidado relativo à atividade internacional**

	2014	2015	2016	2017	Média
<b>Ativo Agregado</b>					
<b>Total (milhões €)</b>	70.740	69.610	64.145	51.806	-
<b>Taxa de variação anual</b>		-1,6%	-7,9%	-19,2%	-9,6%
<b>Em % do total do ativo líquido consolidado</b>	19,3%	20,0%	19,6%	16,0%	18,7%
<b>Crédito a Clientes<sup>a)</sup></b>					
<b>Total (milhões €)</b>	36.906	38.250	32.109	25.330	-
<b>Taxa de variação anual</b>		3,6%	-16,1%	-21,1%	-11,2%
<b>Em % do total do crédito a clientes consolidado</b>	15,2%	15,9%	14,2%	11,5%	14,2%
<b>Recursos de Clientes e Outros Empréstimos</b>					
<b>Total (milhões €)</b>	44.240	46.267	35.083	31.268	-
<b>Taxa de variação anual</b>		4,6%	-24,2%	-10,9%	-10,2%
<b>Em % do total dos recursos de clientes consolidado</b>	21,2%	21,0%	16,9%	14,9%	18,5%

Fonte: IFs, APB.

Nota: <sup>a)</sup> Crédito bruto.

Em termos de rentabilidade, o contributo da atividade internacional continuou positivo, tendo o respetivo resultado antes de impostos e interesses minoritários (RAIIM) totalizado 458 milhões de euros, em 2017, significativamente menos do que os 741 milhões de euros obtidos em 2016 (-38,2% entre 2016 e 2017). Ainda assim, a atividade internacional continuou a representar um importante suporte para as instituições financeiras associadas, tendo o RAIIM da atividade internacional representado 178% do RAIIM da atividade consolidada.

<sup>24</sup> A atividade internacional inclui a atividade desenvolvida pelas filiais.

<sup>25</sup> (i) a atividade do Banif não foi incluída nos anos anteriores à sua resolução, já que esta não implicou transferência de atividade internacional do Banif para o Santander Totta; (ii) não foram incluídos dados da Demonstração de Resultados do Banco Espírito Santo a junho de 2014, pelo que o facto da Demonstração de Resultados do Novo Banco compreender apenas o período entre 4 de agosto de 2014 e o final desse ano, poderá acarretar alguma distorção da análise baseada nesses dados.

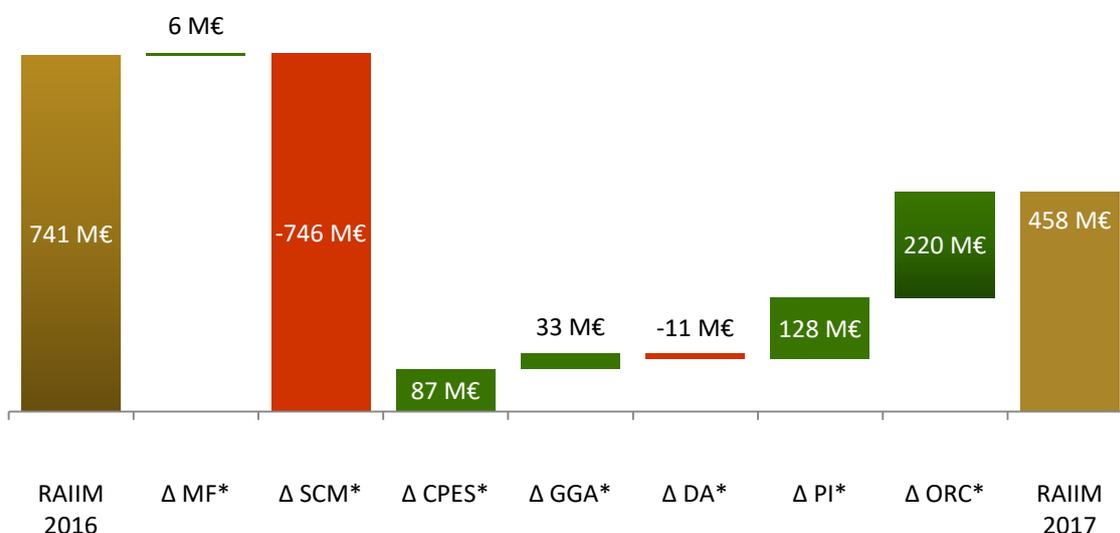
Tabela 11: Evolução da demonstração dos resultados consolidados relativos à atividade internacional

	2014	2015	2016	2017	Média
<b>Margem Financeira</b>					
Total (milhões €)	1.469	1.621	1.138	1.144	-
Taxa de variação anual	-	10,4%	-29,8%	0,5%	-4,7%
Em % do total da margem financeira consolidada	38,4%	37,2%	26,3%	25,8%	31,9%
<b>Produto Bancário</b>					
Total (milhões €)	2.275	2.511	2.098	1.358	-
Taxa de variação anual	-	10,4%	-16,4%	-35,3%	-10,3%
Em % do total do produto bancário consolidado	28,8%	30,4%	28,8%	17,0%	26,3%
<b>Custos Operativos</b>					
Total (milhões €)	1.148	1.320	882	773	-
Taxa de variação anual	-	14,9%	-33,2%	-12,4%	-7,7%
Em % do total dos custos operativos consolidados	25,5%	26,6%	21,5%	18,9%	23,1%
<b>Provisões e Imparidades</b>					
Total (milhões €)	509	429	491	363	-
Taxa de variação anual	-	-15,7%	14,5%	-26,0%	-6,8%
Em % do total das provisões e imparidades consolidadas	11,8%	12,1%	7,6%	9,2%	10,2%
<b>Outros Resultados de Consolidação</b>					
Total (milhões €)	32	13	15	236	-
Taxa de variação anual	-	-58,9%	15,9%	1429,3%	346,6%
Em % do total dos outros resultados de consolidação	32,0%	2,9%	8,3%	68,7%	28,0%
<b>Resultado Antes de Impostos e Interesses Minoritários</b>					
Total (milhões €)	650	775	741	458	-
Taxa de variação anual	-	19,2%	-4,4%	-38,2%	-5,9%
Em % do total do RAI <sup>a)</sup> consolidado	s.s.	350,0%	s.s.	178,3%	105,7%

Fonte: IFs, APB.

<sup>a)</sup> Resultado antes de impostos, não corrigido de interesses minoritários.

**Gráfico 29: Contributo dos componentes do RAIIM da atividade internacional para a variação do mesmo entre 2016 e 2017**



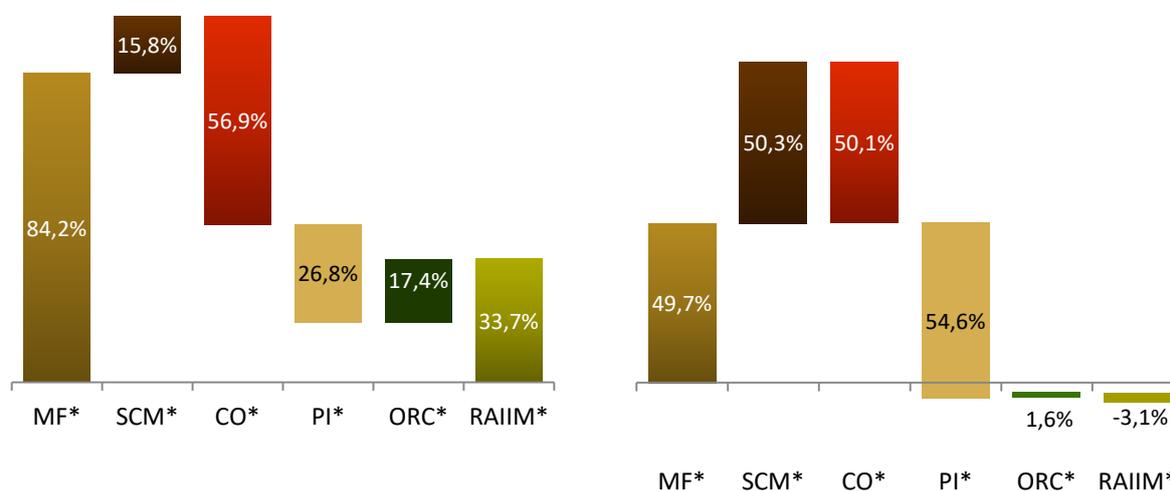
Fonte: IFs, APB.

Nota: \*Δ MF – variação da margem financeira; Δ SCM – variação dos resultados de atividades de serviços a clientes e de mercado; Δ GGA – variação dos gastos gerais administrativos; Δ CP ES – variação dos custos com pessoal; Δ DA – variação das depreciações e amortizações; Δ PI – variação das provisões e imparidades, Δ ORC – variação de outros resultados de consolidação.

**Gráfico 30: Decomposição do RAIIM em percentagem do produto bancário (2017)**

**a) Atividade internacional**

**b) Atividade doméstica**

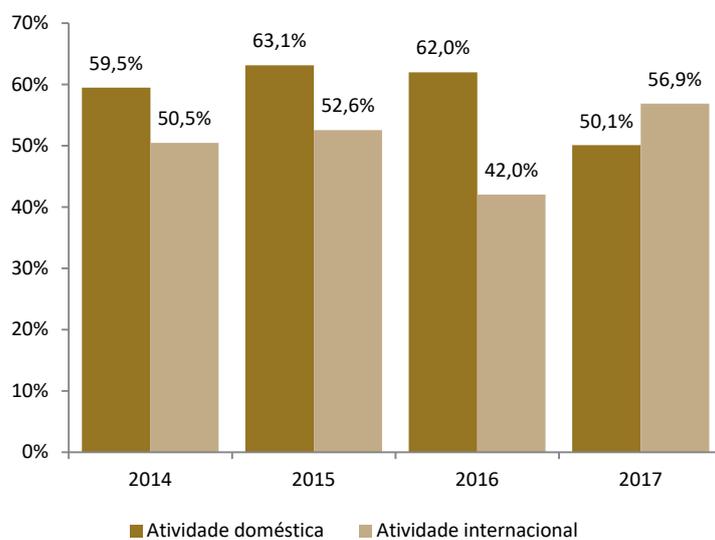


Fonte: IFs.

Nota: \* MF – margem financeira; SCM – atividades de serviços a clientes e de mercado; CO – custos operacionais; PI – provisões e imparidades; ORC – outros resultados de consolidação; RAI – resultado antes de impostos.

Em termos comparativos, a estrutura de resultados da atividade internacional apresenta diferenças significativas relativamente ao segmento doméstico.

**Gráfico 31: Rácio de eficiência: atividade doméstica vs. internacional**



Fonte: IFs, APB.

Nota: \*(RBE) Resultado Bruto de Exploração.



**APB** ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA  
DE BANCOS

Associação Portuguesa de Bancos  
Avenida da República 35 - 5º | 1050-186 Lisboa | Portugal  
Tel. 21 351 00 70 | Fax. 21 357 95 33 | [apbancos@apb.pt](mailto:apbancos@apb.pt) | [www.apb.pt](http://www.apb.pt)